

# APAGÃO PRIVATIZADO



Após temporal, mais de 1,5 milhão de residências ficaram sem energia em São Paulo e região metropolitana. Descaso da Enel com a população expõe fragilidade das concessões e privatizações de serviços públicos

**focus**  
**BRASIL**

Apagão da Enel deixa São Paulo no escuro

Apagão provoca prejuízo bilionário ao comércio

Entrevista: Leticia Delgado debate segurança pública

Fotógrafo Paulo Pinto vence Prêmio Herzog



ADQUIRA SEU EXEMPLAR:

[editoraunesp.com.br](http://editoraunesp.com.br)



focus  
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

**Diretor de Comunicação:** Alberto Cantalice

**Coordenador de Comunicação:** Pedro Camarão

**Colaboradores:** Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

### DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente:** Paulo Okamoto

**Vice-presidente:** Brenno César Gomes de Almeida

**Diretoras:** Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

**Diretores:** Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

be, Jorge Bittar e Valter Pomar

### CONSELHO CURADOR

**Presidenta:** Eleonora Menicucci

**Conselheiros:** Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes

Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino

Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de

Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando

Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José

Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga

Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires

de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura,

Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel

Soledade Nacif, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre,

Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

### SETORIAIS

**Coordenadores:** Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

### CONTATOS

[webmaster@fpabramo.org.br](mailto:webmaster@fpabramo.org.br)

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



# Apagão da privataria

Ministro de Minas e Energia realiza força-tarefa para que a concessionária restabeleça totalmente a energia na capital paulista ainda nesta semana **pág. 05**

---

## CARTA AO LEITOR

Crescimento é fundamental, por Alberto Cantalice

**pág. 04**

---

## PREJUÍZO

Além dos estragos, apagão em SP provoca prejuízo bilionário ao comércio

**pág. 09**

---

## REAÇÃO

Bancada PT/PCdoB/PV na ALESP se manifesta sobre apagão

**pág. 10**

---

## ESCALA

Chuva em São Paulo deixa mais imóveis sem luz que furacão na Flórida

**pág. 11**

## EDUCAÇÃO

Entrega do governo beneficiará mais de 13 mil estudantes do Ceará

**pág. 12**

---

## ENTREVISTA

“Quero ajudar o ajudar o PT a ampliar o debate sobre segurança”, afirma Leticia Delgado

**pág. 16**

---

## ECONOMIA

Volume de serviços cresce 2,7% entre janeiro e agosto, diz IBGE

**pág. 24**

---

## ARTIGO

Como taxar os bilionários, por Thomas Piketty

**pág. 26**

## POLÍTICA

No norte do Espírito Santo, vereadora petista venceu com pautas relacionadas à educação e cultura

**pág. 28**

---

## PT

Rogério Carvalho representa o Brasil em viagens à China e Estados Unidos

**pág. 32**

---

## CULTURA

Paulo Pinto, da Agência Brasil, vence Prêmio Vladimir Herzog em fotografia

**pág. 36**

---

## INTERNACIONAL

Governo já repatriou mais de 1 mil brasileiros que estavam no Líbano

**pág. 38**



Agência Brasil

# Crescimento é fundamental

Alberto Cantalice

**O** Brasil vive desde 2013 um ciclo de avanço da extrema direita na esteira do desalento e do descrédito na política que perpassa grande

número de pessoas. A escandalização como forma e a demonização da política como conteúdo, ocupou grande parte do noticiário, transbordando para as mídias sociais.

Sem compromisso com a verdade dos fatos, a proliferação das notícias falsas, as famosas fakes News ganharam corpo e hoje em

dia faz parte do panorama informacional.

Só se possível enfrentar a mare-montante do extremismo direitista com a melhoria sensível das condições de vida dos setores sociais já incluídos: as classes C e B da economia nacional. Essa melhoria passa necessariamente pela mobilidade, urbana, a saúde e a segurança pública. Questões essenciais para o bem-viver.

A folga financeira desses importantes setores virá com a reforma do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas. É preciso envidar esforços para que a isenção para quem ganha até 5 mil reais se efetive e se crie como pontuou o ministro da Fazenda Fernando Haddad, uma rampa de cobrança menor para os que ganhem um pouco mais que esse valor.

Não há fórmula mágica para se chegar nesses patamares. Um dos fatores que facilitarão o cumprimento dessa promessa de campanha do Presidente Lula é o crescimento robusto da economia.

Equilibrar as contas públicas significa a retomada do grau de investimento de risco internacionais. Isso facilitará a atração de investimentos produtivos externos que ajudarão a alavancar a industrialização, a ciência, a tecnologia e a inovação. Com as contas equilibradas pode se pressionar o Banco Central para que abaixe os juros da Selic, diminuindo o desembolso escorchante da dívida interna.

Por outro lado, é preciso mudar a regra de progressividade do imposto das altas rendas e cobrar os tributos referente aos lucros e dividendos. É preciso dar um freio também nos excessos produzidos pelas farras das isenções fiscais. Onde variados setores produtivos pouco pagam.

O governo Lula está no caminho certo. ■



# São Paulo no escuro: a fatura da privatização e o descaso da Enel

Cerca de 1,6 milhão de pessoas ficaram no escuro sob o descaso da privatizada Enel, que recebe agora socorro do governo federal

**S**ão Paulo às escuras já parece história repetida – ou pior, é. Depois de mais um temporal atingir a capital e a região metropolitana na sexta (12), cerca de 1,6 milhões de pessoas ficaram no escuro, num dos maiores apagões da cidade – a situação amplia os impactos e prejuízos da população e do comércio. Sete pessoas morreram em decorrência das chuvas.

A concessionária responsável pelo serviço é a italiana Enel, que tem demonstrado descaso e escancarando o problema da privatização de serviços públicos. A população chegou a se organizar em manifestação nas ruas, na Zona Sul de São Paulo.

A interrupção do fornecimento não só afetou diretamente a população, como também escancarou a falta de preparo e o descaso das autoridades locais, tanto do governador Tarcísio de Freitas quanto do prefeito Ricardo Nunes, ambos bolsonaristas convictos, em lidar com as crises climáticas que a cada ano se tornam mais previsíveis e severas.

O apagão também atinge Cotia (36,9 mil casas), Taboão da Serra (32,7 mil) e São Bernardo do Campo (28,1 mil). A Enel, responsável pela distribuição de energia elétrica na Grande São Paulo, anunciou já ter restabelecido o fornecimento para 1,5 milhão de clientes. Entretanto, a normalização tem sido extremamente lenta, penalizando habitantes e comerciantes.

Na noite do domingo (13), o presidente da Enel, Guilherme Alencastre, participou de uma reunião com a Aneel e os representantes das empresas responsáveis pelo fornecimento de energia em todo o estado de São Paulo.

Durante o encontro, Alencastre foi pressionado a fornecer um

prazo concreto para o restabelecimento da energia em São Paulo. Para a surpresa dos presentes, sua resposta gerou uma onda de críticas.

“Temos um plano de contingência que foi acionado. Embora o evento climático tenha ultrapassado as previsões, isso nos servirá como aprendizado para evoluirmos e aprimorarmos nossas futuras previsões”, afirmou o presidente da Enel.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) afirmou que Enel será intimada pela demora no restabelecimento da energia. Até o momento, ainda não há previsão de aplicação de punições à empresa. Após reunião com concessionárias de energia, representantes da Aneel e da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Paulo) avaliaram que a resposta da Enel ao apagão na região metropolitana de São Paulo ficou aquém do esperado.

Em fevereiro, a Aneel multou a concessionária em R\$ 165 milhões pelo apagão que atingiu São Paulo em novembro de 2023; a concessionária entrou na Justiça e a punição está suspensa.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) cobrou que a Enel cumpra todas as cláusulas do contrato de concessão, após o apagão de sexta-feira que deixou 2,1 milhões de clientes sem energia. A entidade pede uma resposta “consistente e definitiva” ao problema.

Gleisi Hoffmann, presidenta do PT e deputada federal (PT-PR), também se manifestou nas redes, apontando os culpados – “quem vendeu (e vendeu mal) nossas empresas de energia foi a turma deles, dos tucanos, de Temer, Bolsonaro e Guedes” – e exigindo providências. Ela lembrou que “privatizar serviço público de energia e água não deu certo em nenhum lugar do mundo. É a população que paga a conta”.

O deputado federal Alencar Santana (PT-SP), protocolou, na segunda-feira (14), dois requerimentos que colocam a Câmara no monitoramento das investigações que apuram a responsabilidade da Enel (empresa de distribuição de energia de São Paulo) no apagão que afetou milhões de estabelecimento na capital e cidades próximas, desde a última sexta-feira (11).

O petista pede a instalação de uma Comissão Externa da Câmara para acompanhar o caso, in loco, e a instalação de uma subcomissão especial sobre o mesmo assunto, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

## Privatização

A Enel iniciou sua atuação em São Paulo após a privatização da Eletropaulo, em 2018. Desde essa época, a empresa acumula reclamações dos consumidores, baixa qualidade no atendimento, altas tarifas e pouco investimento em melhorias na prestação do serviço. O lucro da Enel, que em 2019 era de R\$ 777 milhões, saltou para R\$ 1,5 bilhão no final de 2022.

## Força-tarefa federal

Na segunda-feira (14), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou que concessionárias de energia de todo o país participarão de uma força-tarefa para apoiar a Enel no restabelecimento da eletricidade para mais de 500 mil imóveis na capital e na Grande São Paulo que seguem sem luz.

Silveira também criticou a atuação da Enel diante da crise. “Ela cometeu um grave erro de comunicação, de seu compromisso contratual com a sociedade de São Paulo, de não dar uma previsão objetiva. Eu disse que ela tem os próximos três dias para resolver os problemas de maior volu-

me”, afirmou o ministro.

O ministro mencionou ainda que um decreto recente referente à distribuição de energia inclui a possibilidade de penalizar distribuidoras que falhem em apresentar planejamento adequado ou previsões diante de eventos climáticos extremos.

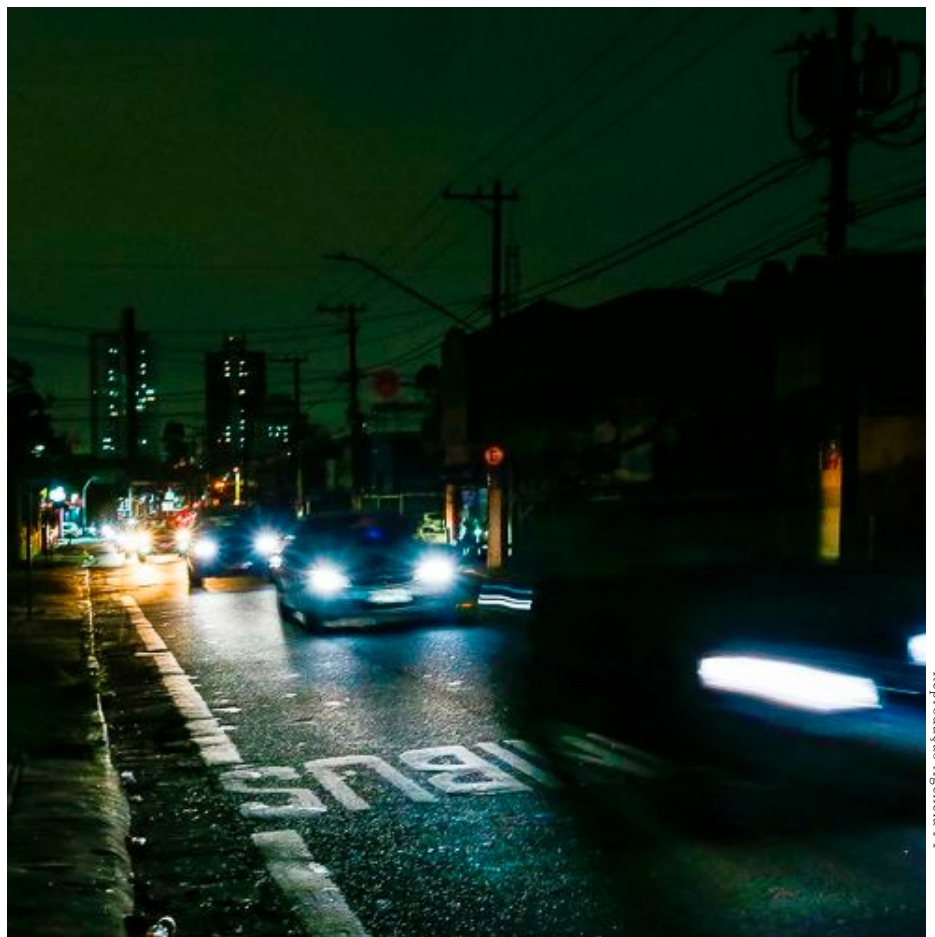
Silveira também direcionou críticas ao prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, acusando-o de espalhar informações falsas. “Nos indigna muito quando as pessoas, irresponsavelmente, usam das suas redes sociais para fazer fake news. O prefeito de São Paulo aprendeu rápido com o seu concorrente Pablo Marçal (...) quando fez fake news dizendo que nós estávamos tratando da renovação da distribuição da Enel.”

Até o fechamento desta edição, São Paulo completou o 4º dia com cerca de 250 mil imóveis sem luz, mesmo com o prazo de três dias de restabelecimento dado pelo governo federal.

## Auditoria da CGU

Por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Controladoria Geral da União (CGU) vai realizar uma auditoria para apurar responsabilidades pelo apagão de energia elétrica que atingiu a região metropolitana de São Paulo, deixando milhares de imóveis sem luz.

Até a atualização mais recente da Enel, cerca de 400 mil unidades consumidoras ainda seguem sem luz desde a sexta-feira (12). “Alguma falha houve. Em que extensão essa falha é da fiscalização da Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica], em que se extensão essa falha é da fiscalização da própria agência do estado de São Paulo ou, em que extensão pode ter havido algum tipo de mecanismo de manipulação da própria empresa para que as falhas que ela eventualmente fazia não



Reprodução Agência PT

**CPI** - Alencar Santana destaca que os órgãos de fiscalização reconhecem que a atuação da Enel em SP está “aquém de suas obrigações com o nível de serviço desejado e com a expectativa de seus consumidores”

fossem detectadas, tudo isso a nossa investigação vai determinar e dimensionar”, explicou o ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto.

## Ressarcimento

O titular da Secretaria Nacional de Direito do Consumidor (Senacon), Wadih Damous, anunciou também que o governo federal vai cobrar da Enel o ressarcimento de prejuízos causados pelo apagão nos últimos dias na cidade. Desde o ano passado, quando um outro apagão em São Paulo deixou milhares de casas sem luz, a pasta aplicou multa de R\$ 13 milhões contra a Enel, que recorreu da condenação.

“A orientação que nós damos aos consumidores, por exemplo, que tiveram eletrodomésticos danificados por conta do apagão,

é que guardem a nota fiscal. Pessoas que tiveram remédios estragados, que guardam remédios na geladeira. Tudo deve ser relacionado e requerido à empresa”, destacou Damous.

## Descaso contínuo e falhas recorrentes

Moradores da Zona Sul de São Paulo realizaram um protesto contra o apagão e interditaram o tráfego na altura do número 4.600 da Estrada do Campo Limpo. O local ficou por 72h no escuro – não pela primeira vez: também foram atingidos no apagão de 2023. A PM foi acionada para dispersar a manifestação, que concordou em liberar uma via. O caso ilustra o quanto o problema se arrasta.

Após o apagão de 3 de novembro de 2023, a Enel se comprometeu com um plano que previa a mobilização de 2.500 agentes

para responder a eventos climáticos extremos. No entanto, até o fim da tarde deste domingo (13), apenas 1.700 funcionários estavam atuando em campo, abaixo do contingente prometido.

O apagão que afeta São Paulo não é um caso isolado, mas resultado de uma sequência de falhas recorrentes. Em 2023, a Enel manteve sua política de cortes de custos e redução de investimentos, enquanto aumentava o pagamento de dividendos a acionistas, incluindo estrangeiros.

A empresa, que contava com 27 mil funcionários em 2020, reduziu seu quadro para cerca de 15 mil em 2023, o que comprometeu sua capacidade de resposta em situações emergenciais, como a atual.

A gestão do prefeito Ricardo Nunes também está sendo alvo de críticas. Moradores cobram melhorias na poda e manejo de árvores, apontados como fatores que agravam a queda de cabos de energia em chuvas intensas. O candidato à prefeitura, Guilherme Boulos, protocolou uma representação no Ministério Público contra a Enel e a administração municipal, acusando ambas de negligência.

É evidente que o apagão de São Paulo vai além de um fenômeno climático isolado. Ele expõe o desmonte de uma estrutura que, com a privatização, perdeu o foco em investimentos de longo prazo e na qualidade do serviço prestado.

A interrupção do fornecimento não só afetou diretamente a população, como também escancarou a falta de preparo e o descaso das autoridades locais, tanto do governador Tarcísio de Freitas quanto do prefeito Ricardo Nunes, ambos bolsonaristas convictos, em lidar com as crises climáticas que a cada ano se tornam mais previsíveis e severas.

A Enel representa um modelo que prioriza o lucro imediato so-



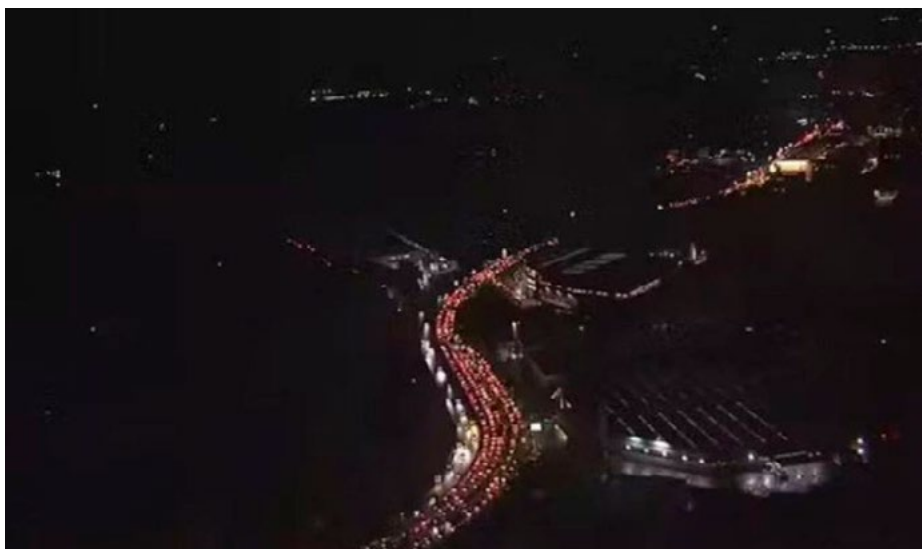
Reprodução/TV Bandeirantes

**APAGÃO EM SP:** Governo Lula abre investigação contra Enel e cobra respostas de Nunes



Reprodução

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou que concessionárias de energia de todo o país participarão de uma força-tarefa para dar suporte a Enel



Reprodução

bre a segurança e o bem-estar da população. O fracasso dessa estratégia é sentido nas ruas escuras de São Paulo e no desespero de

milhares de famílias que seguem sem eletricidade e sem previsão de quando a normalidade será restabelecida. ■





Paulo Pinto / Agência Brasil

# Além dos estragos, apagão em SP provoca prejuízo bilionário ao comércio

Ministro de Minas e Energia realiza força-tarefa para que Enel restabeleça totalmente a energia na capital paulista ainda nesta semana

**A**pós o temporal que atingiu São Paulo, na última sexta-feira (11), com ventos que chegaram a 100 km por hora, a cidade ainda contabiliza os estragos do apagão de energia que deixou mais de 1,45 milhão de pessoas sem luz - número maior do que os 1,35 milhão atingidos pelo furacão Milton, na

Flórida, nos Estados Unidos.

O problema na maior cidade da América Latina não é novo. Em novembro do ano passado, a empresa Enel levou seis dias para que os serviços fossem restabelecidos. Desde então, a discussão sobre a má qualidade dos serviços da empresa italiana, que ganhou a concessão em 2018, segue em alta.

Outro ponto do debate tem relação com o serviço de podas de

árvores na capital paulista. Dos cerca de 43 mil pedidos de podas, mais de 11 mil ainda estão sem resposta, a maior parte deles em regiões periféricas. No domingo (13), a CET, Companhia de Engenharia de Tráfego, contabilizou 386 árvores caídas, sendo necessária a participação da Enel em 182 para a remoção com segurança. Além disso, 173 semáforos foram desligados.

Além da grave situação nas residências dos paulistanos, houve graves perdas para o setor do comércio. Segundo a Fecomércio, o balanço dos prejuízos aos comerciantes foi bilionário. No setor de serviços, as perdas alcançaram R\$ 1,1 bilhão, enquanto no varejo, a somatória foi de R\$ 536 milhões.

Nesta quarta-feira (15), cerca de 250 mil endereços permanecem no escuro. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, deu como prazo a quinta-feira (17) para que seja restabelecida a energia elétrica em toda a cidade.

Em coletiva de imprensa, Silveira afirmou o apoio de concessionárias do país em uma força-tarefa para auxiliar a Enel. "Somados às distribuidoras CPFL, Enel, EDP, ISA CTEEP, Eletrobras, Light, Energisa, que estão aqui hoje, nós estamos ampliando de 1.400 [funcionários da Enel] para 2.900 profissionais, além de mais de 200 caminhões para apoiar essas equipes, fora os caminhões de própria Enel, e mais de 50 equipamentos", disse o ministro.

O assunto foi tema do debate entre os postulantes ao cargo de prefeito de São Paulo realizado nesta quarta-feira (14) pela rede Bandeirantes. O candidato Guilherme Boulos (PSOL) acusa o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), de omissão. Segundo a imprensa, o tema deverá ser bastante explorado por Boulos no horário eleitoral, já que ele mesmo foi um dos afetados no bairro do Campo Limpo, na zona sul da capital. ■

# Bancada PT/PCdoB/PV na ALESP se manifesta sobre apagão

Deputadas e deputados estaduais exigem respostas da ENEL sobre medidas adotadas após o apagão do ano passado; leia nota na íntegra



Paulo Pinto/Agência Brasil

Nota da Federação PT/PCdoB/PV sobre a ENEL e apagão em São Paulo

**P**assados 10 meses da conclusão da CPI da ENEL na Assembleia Legislativa de São Paulo, a população revive o caos na capital paulista e a incompetência da empresa concessionária, responsável pelo fornecimento de energia elétrica.

Em dezembro do ano passado, os deputados estaduais da bancada denunciaram os problemas na concessão do serviço, a ausência de fiscalização por parte da Arsesp, a agência reguladora de serviços públicos do estado de SP, e a pouca efetividade do relatório final da CPI instalada no Legislativo, aprovado com ressalvas pelos deputados da oposição, por entenderem que o texto deveria responsabilizar também os órgãos

de fiscalização como a Agência Reguladora de São Paulo (Arsesp) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pela situação da concessão no estado.

A omissão do governador Tarcísio e do prefeito Ricardo Nunes, defensores da concessão de serviços públicos essenciais, serve de sustentação para a permanência da ENEL, mesmo com os apagões recorrentes, a precarização no atendimento das ocorrências, a falta de mão de obra e equipes de rua para reparos, alegando cláusulas contratuais, sem considerar os prejuízos aos consumidores prejudicados pela empresa.

O fato é que mesmo diante de eventos climáticos cada vez mais recorrentes, a ENEL não alterou seu planejamento ou cumpriu as recomendações sugeridas pelo Ministério de Minas e Energia e demais órgãos competentes. Não à toa, a empresa foi multada em mais de R\$13 milhões pela Senac, Secretaria Nacional de Direi-

tos do Consumidor do Ministério da Justiça.

Mas o caos da cidade também é reflexo do abandono municipal. Já se passaram mais de 50 horas de uma chuva forte que atingiu a cidade por minutos e ainda há um rescaldo de cidadãos afetados pela omissão e inoperância da prefeitura de São Paulo na zeladoria da cidade, diante de semáforos quebrados e lentidão na remoção das inúmeras árvores caídas, que agora afetam fiações e dificultam o restabelecimento da energia elétrica.

A bancada das deputadas e deputados estaduais da Federação PT/PCdoB/PV acionará as instâncias jurídicas e de governo para exigir respostas da ENEL sobre quais medidas foram adotadas após o apagão do ano passado.

Acesse o documento clicando aqui.

Caso os compromissos assumidos pela concessionária no último apagão não tenham sido cumpridos, será mais uma prova cabal de que o Estado e a Prefeitura de São Paulo são coniventes com o descaso que assola a cidade, já que a responsabilidade por fiscalizar e gerenciar a concessão é também da Arsesp e dos governos aqui de São Paulo, que devem relatar e apontar recomendações periódicas à agência federal sobre a qualidade da prestação do serviço concedido.

Chega de apagão de energia e apagão de prefeito. ■

Bancada de deputadas e deputados estaduais da Federação PT/PCdoB/PV na Assembleia Legislativa de São Paulo

# Chuva em São Paulo deixa mais imóveis sem luz que furacão na Flórida

Na manhã de domingo (13), as duas regiões contabilizaram aproximadamente 900 mil residências sem luz cada

Redação Focus Brasil

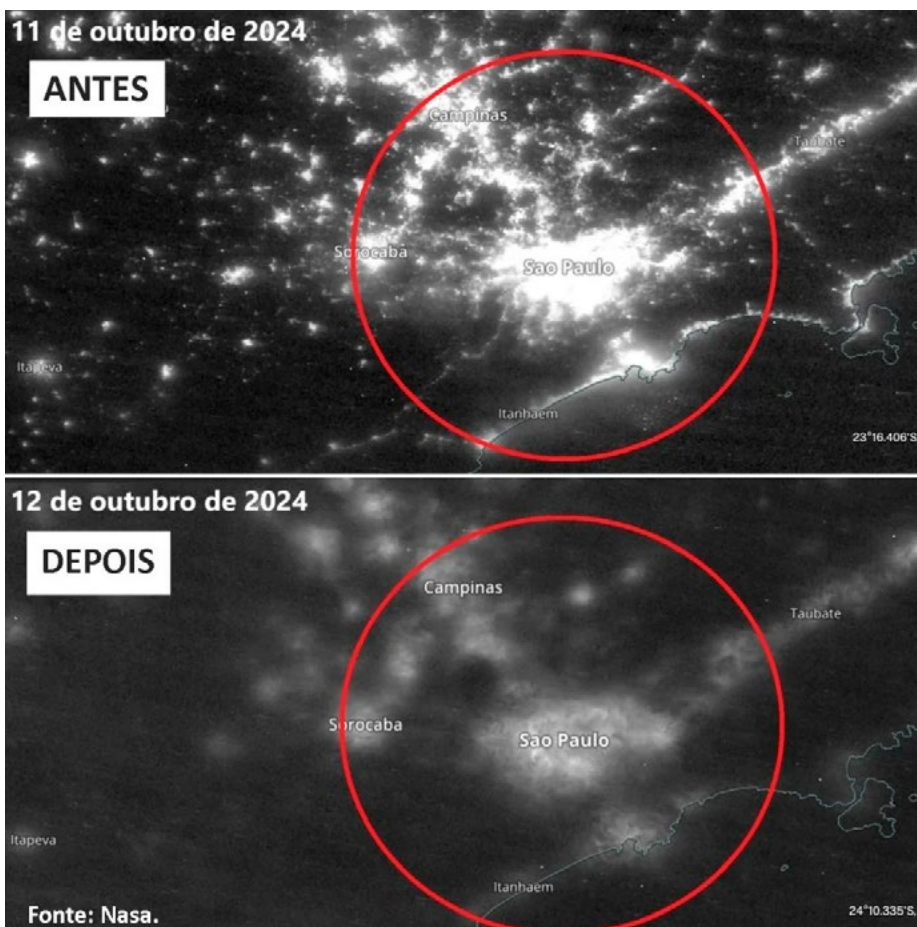
**E**nquanto a Flórida enfrentava o furacão Milton, São Paulo e municípios da Grande São Paulo encaravam um temporal que, curiosamente, deixou mais gente no escuro por aqui do que lá.

A comparação não é só irônica: a Enel, concessionária italiana responsável pela distribuição de energia na região após privatização do serviço, informou que 24 horas após a chuva de sexta-feira (11), 1,45 milhão de residências paulistas ainda estavam sem luz.

No mesmo intervalo de tempo, três dias depois da passagem do furacão Milton, a Flórida registrava “apenas” 1,35 milhão de imóveis sem eletricidade, segundo dados do site de monitoramento United States Power Outage. Parece que o vento daqui teve mais força no sistema elétrico do que os 190 km/h do furacão americano.

No domingo (13), a Enel divulgou que o temporal afetou, ao todo, 2,1 milhões de clientes desde sexta-feira. Mais de 1,2 milhão já haviam tido o serviço restabelecido até então. Mesmo assim, a situação em São Paulo e na Flórida ainda estava equilibrada, com ambos os locais contabilizando cerca de 900 mil residências sem energia na manhã do mesmo dia.

Vale lembrar que o vento na Grande São Paulo chegou a 100 km/h – ou seja, quase a metade da força dos 190 km/h que Milton trouxe para a Flórida. Apesar das diferenças na intensidade dos fenômenos, o impacto foi semelhante. Infelizmente, ambos os eventos também tiveram saldo trágico: pelo menos 16 mortos nos Estados Unidos e sete vítimas fatais em São Paulo. ■



**DO ESPAÇO** - Imagens da Nasa mostram o impacto do apagão na Grande São Paulo



Ricardo Suckert/PR

No Ceará, 113 municípios serão beneficiados com os novos ônibus, o que permite atender até 13.560 estudantes, especialmente dos ensinos fundamental e médio, e da educação de jovens e adultos (EJA) da zona rural.

# Transporte: entrega do governo beneficiará mais de 13 mil estudantes do Ceará

“Estamos cumprindo com a obrigação de cuidar do povo”, diz Lula sobre entrega de 113 novos ônibus escolares ao Ceará

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da cerimônia de entrega de 113 novos ônibus do Programa Caminho da Escola a municípios do Ceará, nesta

sexta-feira, 11 de outubro. Os recursos para aquisição das unidades são do Novo PAC e somam R\$ 51,9 milhões. “É a primeira leva, mas vão ser muitos”, ressaltou Lula durante a solenidade na capital do estado, Fortaleza.

“Eu andava 6 quilômetros a pé para ir ao Senai fazer um curso,

todo santo dia. Eu sei como é difícil uma menina, um menino de 10 anos, 8 anos, 14 anos sair de casa e andar 15 quilômetros com chuva, tendo que embrulhar a roupa da escola no papel plástico para poder vestir quando chega na escola. Então, o que nós estamos fazendo aqui não é nenhum



favor. O que nós estamos fazendo é cumprindo com a nossa obrigação de cuidar do povo brasileiro com amor e com carinho”, afirmou o presidente.

Lula refutou a ideia compartilhada por parte da sociedade de que as pessoas pobres gostam de estar nessa posição e defendeu a importância da educação para melhorar as condições de vida. “A gente quer viver bem agora. A gente quer comer agora, quer estudar agora, quer trabalhar agora, quer ser respeitado agora. Por que os filhos de alguns podem trabalhar com motorista dirigindo e os filhos dos pobres têm que ir a pé até 18 quilômetros? O que nós estamos provando nesse país é que o pobre não é problema, o pobre é a solução. Basta que a gente dê para ele a oportunidade”, enfatizou.

No Ceará, 113 municípios serão beneficiados com os novos ônibus, o que permite atender até 13.560 estudantes, especialmente dos ensinos fundamental e médio, e da educação de jovens e adultos (EJA) da zona rural.

## Expansão

Na cerimônia, o ministro da educação Camilo Santana destacou o empenho da atual gestão para a compra de ônibus esco-

lares. “Quando nós chegamos no MEC, não tinha nem ata de registro de preço para comprar ônibus ou para o prefeito ou para o governador aderir. Fizemos o maior registro de preço de ônibus.

Dezesseis mil ônibus estão sendo comprados por municípios e estados brasileiros por meio da ata de registro de preços do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Mas o presidente Lula decidiu comprar 3 mil novos ônibus com dinheiro do Governo Federal para os municípios brasileiros. Estamos entregando agora os primeiros 1.500”, pontuou.

Camilo Santana lembrou que já esteve no Ceará neste ano para anunciar mais 55 escolas de tempo integral e mais 78 creches a serem construídas no estado com recursos do Novo PAC. O Governo Federal também já anunciou a destinação de R\$ 778,9 milhões para expansão e consolidação de instituições federais de ensino e de saúde no Ceará.

Os recursos vão beneficiar a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal do Cariri, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnolo-

gia do Ceará

Os veículos são de última geração e apresentam 29 mudanças em relação aos modelos anteriores, entre elas: poltronas acessíveis, entradas USB, ar-condicionado, Wi-Fi e rastreamento por GPS. Há, ainda, uma alteração estrutural do chassi estabelecida pelo Proconve P8 (norma que estabelece padrões máximos de poluentes emitidos pelos veículos automotores) que trocou o sistema Euro 5 pelo Euro 6. A novidade atende às exigências no controle das emissões de gases poluentes e de ruído para novos veículos automotores pesados de uso rodoviário.

## Investimentos do Novo PAC

Até 2026, o Novo PAC vai financiar 3 mil novos veículos escolares para todo o Brasil, em um investimento de R\$ 1,5 bilhão. Apenas em 2024, o MEC vai investir R\$ 711 milhões para o repasse de 1.500 novos ônibus a estados e municípios, o que vai atender cerca de 147 mil estudantes. Para 2025, mais 1.500 ônibus serão oferecidos aos entes federativos, por meio de novo edital, a ser lançado ainda em 2024, que vai beneficiar as gestões vencedoras das eleições municipais deste ano.

Os veículos estão sendo adquiridos por meio da ata de registro de preço lançada pelo MEC e FNDE no fim de 2023, a maior dos últimos anos para aquisição de veículos escolares. Além dos veículos entregues pelo governo federal, o Distrito Federal, os estados e os municípios também podem adquirir, diretamente, seus veículos do Caminho da Escola. A compra acontece de três formas: com assistência financeira do FNDE; com recursos próprios; ou por linha de crédito junto a instituições financeiras. ■



Divulgação Governo do Estado do Rio de Janeiro

# Transplantes são seguros e salvam vidas, dizem entidades

Agência Brasil

**C**laudio Cezar Alves da Silva retomou a qualidade de vida graças ao Sistema Nacional de Transplantes. Em 1994 descobriu uma doença que atacou os rins. Ele precisou ser submetido a sessões frequentes de hemodiálise – tratamento que remove substâncias tóxicas do sangue, funcionando como um rim artificial – até que conseguiu fazer um transplante de rim. Hoje, aos 58 anos, ele é um defensor do Sistema que já o salvou outras vezes.

Ele está na fila para receber o terceiro rim.

“Você vê que eu confio bastante, o sistema tem credibilidade”, diz Silva, que é, atualmente, presidente da Associação dos Renais e Transplantados do Estado do Rio de Janeiro. Ele ajuda outros pacientes renais e famílias a acreditarem nos tratamentos, a se cuidarem e a confiarem, nos casos necessários, nos transplantes.

“A hemodiálise te mantém vivo. Graças a Deus, você tem uma máquina, né? Que três vezes por semana, quatro horas por dia, você fazendo a hemodiálise ou fazendo a diálise peritoneal em casa, você fica tranquilo, te mantém vivo.

Mas nada melhor do que você voltar a ter a tua liberdade. Você sair da máquina, cuidar direitinho de você mesmo. O principal fator para você ter uma qualidade de vida e ter uma durabilidade melhor do seu órgão transplantado, é você mesmo. É com os cuidados que você tem que ter no dia a dia. Com alimentação, com exercícios”, diz.

Foi com surpresa que Silva recebeu a notícia que pacientes que fizeram transplantes no Rio de Janeiro foram infectados por HIV.

“Imagina só, você está numa expectativa, você está numa fila, aí vem esse baque, nossa, você vai murchar. Você não pode deixar



Laboratório do caso ocorrido no Rio de Janeiro

Fernando Frazão / Agência Brasil

isso acontecer. Foi um erro. Erros acontecem. Foi uma falta grave? Foi uma falta grave. Mas vamos embora. Vamos passar por cima e vamos continuar”, ressalta. “Eu vou pro terceiro. É porque eu acredito no sistema. Isso não vai me abalar jamais. Isso vai me dar mais força ainda pra brigar mais e para incentivar mais as pessoas a saírem dessa fila. Vambora. Vamos voltar a uma vida normal”, defende.

O Sistema Nacional de Transplantes é considerado o maior programa público de transplante de órgãos, tecidos e células do mundo. Ele é garantido a toda a população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), que, por sua vez, é responsável pelo financiamento de cerca de 88% dos transplantes no país, segundo dados do Ministério da Saúde.

O transplante de órgãos pode salvar vidas em caso de órgãos vitais como o coração, bem como devolver a qualidade de vida, quando o órgão transplantado não é vital, como os rins. Com o transplante, é possível ter um prolon-

gamento da expectativa de vida, permitindo o restabelecimento da saúde e, por consequência, a retomada das atividades normais.

## Segurança

O caso do Rio de Janeiro é inédito. Assim que foi noticiado, prontamente entidades médicas e de outras categorias ligadas à saúde, Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES) e Ministério da Saúde saíram em defesa do Sistema Nacional de Transplantes.

Entre as entidades estão a Sociedade Brasileira de Córnea (SBC) e o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO). “É um sistema que funciona há décadas e que tem possibilitado a recuperação da visão de milhares de pessoas no país inteiro. O nosso sistema de transplante, no caso de córnea, é reconhecidamente um dos melhores do mundo”, diz o presidente da entidade, José Álvaro.

Segundo Álvaro, um dos pacientes recebeu o transplante de córnea de um dos doadores infectados por HIV. Como não se trata de um órgão vascularizado, ele

não foi infectado.

A córnea é uma estrutura transparente localizada na parte anterior do globo ocular. Álvaro explica que algumas doenças podem fazer com que ela fique opaca e isso prejudica a visão das pessoas, podendo levar à cegueira. O transplante oferece a chance de os pacientes voltarem a enxergar.

Para ele, o caso do Rio de Janeiro é “seríssimo” e está sendo devidamente investigado, mas não deve comprometer a confiança em um sistema que “salvou a vida de milhões de pessoas e devolveu a visão a milhares de pessoas”, ressalta.

Segundo dados do Ministério da Saúde, em todo o país, 44.777 pessoas esperam por transplante de órgão. A maior parte, 41.395, estão na fila por um rim. O fígado aparece em segundo lugar, com uma fila de 2.320 pessoas, seguido pelo coração, com 431. São Paulo é o estado com o maior número de pessoas que aguardam um transplante, 21.564. O Rio de Janeiro aparece em quinto lugar, com 2.167 pessoas na lista de espera. ■

# “Quero ajudar o ajudar o Partido dos Trabalhadores a organizar e ampliar o debate sobre segurança”

Letícia Delgado é uma entre os 3.130 vereadores e vereadoras que se elegeram no dia 6 de outubro pelo PT. Candidata pela primeira vez, obteve 3770 votos, e vai ocupar uma vaga na Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Alberto Cantalice e Fernanda Otero



**A** candidatura de Letícia Delgado a veradora de Juiz de Fora no último pleito atendeu a um chamado especial: o da prefeita Margarida Salomão, a primeira mulher reeleita em Juiz de Fora (PT-MG). “Eu acho que você poderia ser candidata, porque você realiza um trabalho muito bom, as pessoas reconhecem, acho que vai ser muito importante para o PT” disse-lhe a prefeita em uma reunião.

Ocupou a secretaria de segurança pública na gestão de Margarida e desempenhou um papel crucial na segurança pública de Juiz de Fora, adotando uma abordagem prática e de proximidade para resolver problemas complexos da cidade.

Focada em estar presente nos locais que necessitavam de intervenção, Letícia construiu uma reputação positiva por sua capacidade de se envolver diretamente na resolução de questões. Durante sua gestão, ela adotou uma postura de debater a segurança pública de forma intersetorial, promovendo a ideia de “segurança como um direito”

A bancada do PT em Juiz de Fora terá quatro vereadores, três foram reeleitos. Letícia tomará posse em janeiro e pretende levar sua experiência e aprendizado da secretaria para o legislativo, fortalecer o diálogo com o PT e outras organizações, além de expandir a discussão sobre segurança para novos espaços. Ela explica nesta entrevista à Focus sua visão de colaboração e inovação, e seu compromisso em qualificar o legislativo e influenciar positivamente na governabilidade da cidade.

**- A eleição da prefeita Margarida Salomão já no primeiro turno foi uma espécie de consagração da gestão em todos os**

**níveis e você era a secretária de uma pasta que é problemática, quer dizer, ela conseguiu imprimir uma marca na cidade muito forte.**

- Sim, foi a primeira vez que a gente teve alguém que se reelegeu em Juiz de Fora, então simbolicamente é muito forte: uma mulher, uma continuidade da gestão com alta aprovação. Para o PT também fizemos quatro, a gente tinha três vereadores, os três foram reeleitos. Eu fui a única que entrei agora de primeira, fiquei super satisfeita. É a primeira vez que eu sou candidata, uma chapa difícilima,

## **Foi a primeira vez que a gente teve alguém que se reelegeu em Juiz de Fora, então simbolicamente é muito forte**

difícilima, tinha candidato que estava com recall de deputado estadual, pessoas que estavam tentando outras vezes, ex-vereadores, então eu fiquei muito satisfeita, até porque a gente estava trabalhando uma pauta muito complicada. Por mais que a gente quisesse dar para a ideia da segurança essa percepção mais intersetorial e de que quando você discute segurança, você está discutindo a

cidade, as pessoas ainda têm uma desconfiança quando você fala de segurança, sabe? Foi uma campanha muito boa de fazer, mas muito difícil em termos de comunicação, de como é que você ia lidar com isso, mas foi legal. Eu estou bem satisfeita, cansada, mas satisfeita.

**- Você saiu da academia, com uma carreira muito consolidada, vai para um cargo no executivo e faz um trabalho excepcional e, candidatando-se, você se elege com um número de votos bastante expressivo, Como foi esse chamado?**

- Então, por mais espantoso que possa parecer, foi um movimento muito natural. Eu sou formada em Direito e acabei entrando no mestrado e depois no doutorado na área de segurança pública por um chamado para compreender o problema da cidade. Sempre fui uma pessoa que, embora estivesse na academia, dando aula e tal, me preocupava muito com a dinâmica de Juiz de Fora: por que a violência estava aumentando ou não. Então, já entrei no mestrado e no doutorado pensando em como essas pesquisas e esse arcabouço teórico, que eu iria conseguir desenvolvendo pesquisa, poderiam me ajudar a compreender a dinâmica da violência, da insegurança ou da segurança na cidade. Sempre considerei minhas pesquisas de doutorado e mestrado como instrumentos para entender essas dinâmicas. E aí, quando a Margarida me chamou para ser secretária, foi um desafio, mas eu pensei: é a oportunidade que tenho para ver até que ponto esse arsenal teórico e essas pesquisas que eu fiz podem me ajudar a implementar uma política municipal de segurança, ajudando como gestora a resolver problemas reais. Foi dentro dessa dinâmica: como aliar o aprendizado teórico com os pro-



blemas reais de uma cidade como Juiz de Fora, que enfrenta problemas de insegurança, com muitas disputas de narrativa. Quando a Margarida me convidou para ser candidata a vereadora, inicialmente foi um susto. Eu pensei: será que é assim? Eu era secretária e achava que estávamos fazendo um trabalho que, mal ou bem, estava avançando como uma refe-

rência de um município que tinha conseguido estruturar uma política municipal. Mas percebi que precisamos ocupar esse espaço de poder no legislativo, já que, muitas vezes, é negligenciado, especialmente em âmbito municipal, como um ator que pode pensar em soluções para uma sociedade mais inclusiva e justa, onde, de fato, os direitos sociais, e a segu-

rança é um direito social, sejam garantidos para todas e todos. Foi um desafio, mas eu gosto de desafios, então foi interessante.

**- Gostaria que você desenvolvesse o que é o “sentimento de segurança” que você defende, dentro do conceito de segurança pública que você trabalha.**

- Eu acredito que precisamos

falar mais sobre segurança; essa é uma questão que defendo e mencionei muito durante a campanha. O grande desafio hoje é democratizar a segurança pública, mas democratizar a segurança pública parte da premissa de que a gente tem que começar a falar sobre segurança pública fora também das esferas que discutem isso institucionalmente, falar só de segurança pública para as instituições policiais, têm o seu lugar, mas não resolve o problema. Precisamos incluir os cidadãos na discussão sobre segurança pública, por quê? Porque o medo, a insegurança é um sentimento, correto? Eu me sinto insegura ou me sinto segura a depender de várias variáveis que não são, necessariamente, objetivas. Eu posso estar numa cidade onde os indicadores de violência estão diminuindo e me sentir insegura porque eu tenho um vizinho que passou por um fato específico. Então precisamos entender que o medo afeta as pessoas de uma forma que, muitas vezes, não tem uma racionalidade ou não condiz com aquilo que está acontecendo na cidade. Quando você é gestor de segurança pública e não compreende essa variável emocional, pode se perder um pouco. Precisamos entender que, mesmo em uma cidade com indicadores de violência em queda, o sentimento de insegurança pode ser influenciado e construído de várias maneiras. Isso pode acontecer pela forma como a imprensa aborda os temas de segurança, pela percepção pessoal das pessoas ou devido a uma representação nacional de insegurança que faz com que se sintam inseguras na cidade. Quando a gente começa a criar espaços democráticos e abertos à população para discutir segurança pública, nós temos, enquanto gestores ou pessoas que fazem política ou se interessam pela temática, mas que têm responsabilidade social

com as suas falas, a possibilidade de explicar para as pessoas o que é insegurança, tá certo? Podemos ajudar as pessoas a entender que um ou dois episódios não tornam necessariamente uma cidade insegura, promovendo assim uma racionalização do medo. É essencial ser honesto sobre a situação: reconhecendo que, se não está bom, precisamos perguntar o que

## **Precisamos incluir os cidadãos na discussão sobre segurança pública, por quê? Porque o medo, a insegurança é um sentimento**

podemos fazer para melhorar. Trabalhar com segurança pública envolve entender que a insegurança mexe com os afetos, especialmente o medo, e é necessário abordar isso sem julgar as pessoas. Por isso, sou tão fã dos conselhos municipais de segurança pública e acredito na importância de regionalizar esses conselhos e realizar conferências de segurança. Além disso, capacitar lideranças nos bairros para que possam discutir segurança e interagir com o poder público é fundamental. Isso ajuda a interpretar os indicadores e explicar a realidade para a

população, fortalecendo o vínculo com a comunidade. É crucial perceber que, para jovens e negros, a sensação de insegurança envolve fatores adicionais, muitas vezes relacionados às instituições policiais. Precisamos criar espaços de diálogo para construir narrativas que façam sentido para a sociedade. Sem isso, as pessoas podem não entender nossas mensagens, especialmente quando são afetadas pelo medo, que dificulta a racionalização. A insegurança mexe com uma coisa muito séria para a gente, que é a previsibilidade. Porque, mal ou bem, quando a gente fala de segurança, o que eu quero? Eu quero ter previsibilidade. Previsibilidade que eu vou sair de casa, vou trabalhar, vou voltar e minha casa vai estar ok. Que meu filho vai para a escola, vai voltar da escola e vai estar tudo tranquilo. Então, a ideia de insegurança, ela mexe com uma coisa que é muito cara para todos nós, que é a previsibilidade que a gente vai estar vivo, de que os nossos filhos vão estar bem. Compreender esses elementos relacionados à segurança pública é essencial para, como gestores e políticos, desenvolver políticas que realmente façam sentido na vida cotidiana das pessoas.

**- Você pode dar exemplos concretos de projetos que foram bem sucedidos?**

- A primeira coisa que consegui foi sensibilizar a Margarida, que se mostrou uma parceira e líder neste processo, por isso conseguimos implementar em Juiz de Fora uma política municipal de segurança bem-sucedida, resultando na redução dos indicadores de violência. Tivemos agora um cenário muito específico, onde os dois principais concorrentes de Margarida tinham a segurança pública como pauta principal: uma candidata era delegada e o outro era deputado, marido de

uma delegada. Assim, segurança foi o tema central da campanha, e nós tínhamos resultados concretos para apresentar e criar contra-argumentos dentro da campanha. Desde que assumi a secretaria, sempre discutia com Margarida que precisávamos parar de temer falar sobre segurança. Não adianta se esconder e dizer que segurança pública é apenas responsabilidade do Estado, porque o cidadão, que vive na cidade, não compreende o pacto federativo dessa forma. Se nos escondêssemos atrás desse arranjo federativo, acabaríamos perdendo. Essa percepção foi algo que eu trouxe do mestrado e doutorado. Os prefeitos precisam se apropriar da questão da segurança, mas de uma forma que tenha responsabilidade argumentativa. A primeira coisa que fizemos foi estabelecer que teríamos uma secretaria de segurança para gerenciar essa pauta com responsabilidade, sem entrar na competência, mas sem medo de falar sobre segurança e investindo, principalmente, em políticas de prevenção que fizessem sentido para a população. Uma das coisas que você ouvia na rua era: “como a Letícia mudou a Guarda”. A gente tinha uma guarda que não andava, uma guarda que não tinha identidade, uma guarda que não cumprimentava os cidadãos, uma guarda cujo papel era incompreensível. Então, um dos grandes desafios que tivemos foi construir uma identidade civil para a Guarda Municipal. A partir do momento em que roteirizamos o trabalho, fizemos protocolos de atuação e levamos a Guarda Municipal para os locais mais centrais da cidade para realizar um patrulhamento de proximidade, o que eu sempre entendi que fazia sentido para a guarda: a guarda é o Estado fardado na rua, entende? Então, a ostensividade da guarda deve ser utilizada para o fortaleci-

mento da cidadania dentro de uma análise intersetorial. As pessoas começaram a notar como se sentiam mais seguras simplesmente pelo fato de haver mais guardas na rua, que agora cumprimentavam, ajudavam e sabiam explicar onde eram os serviços públicos da cidade. Assim, começamos a alterar totalmente a forma de trabalho da guarda municí-

## **Não adianta se esconder e dizer que segurança pública é apenas responsabilidade do Estado**

pal na cidade, criando algo que desse visibilidade, sentido e que não competisse com a polícia militar. E não foi nada fácil. Se vocês têm uma ocorrência mais complicada, precisam acionar a PM, não tentar resolver sozinhos. Então são essas questões mais sutis que implementamos. Uma outra coisa que funcionou muito bem para a gente foi que, como sempre tivemos um efetivo pequeno e ainda temos um efetivo reduzido, criamos um projeto de cultura de paz e prevenção de bullying junto às escolas municipais. Isso é tão importante para nós que talvez vocês não saibam, mas Juiz de Fora

hoje é o projeto de referência do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O projeto que será replicado pelo Ministério nesse sentido é o que desenvolvemos aqui, em Juiz de Fora. Assim, começamos a nos aproximar das escolas, que tinham uma demanda significativa por segurança, mas que não sabiam exatamente como organizar o que precisavam. Muitas vezes, elas chamavam a guarda para questões de regulação pedagógica, como alunos indisciplinados, e assim fomos descobrindo diversas fissuras em relação ao conflito escolar, que acabavam gerando problemas externos, como bullying, racismo e falta de pertencimento racial. Isso se transformou em um projeto muito grande, que é o “Nossa Escola”, que depois virou o “GAP”. A partir daí, começamos a realizar muitas articulações intersetoriais na prefeitura. Estabelecemos parcerias com a Secretaria de Educação, o que me rendeu muito apoio nas escolas. Muitos diretores de escola me apoiaram na campanha, pois isso se tornou um suporte importante para a educação. As escolas perceberam: “se tivermos um problema e ligarmos para a Secretaria de Segurança, não virá alguém armado; virá uma equipe disposta a entender a dinâmica do conflito e a nos ajudar a oferecer ferramentas para solucioná-los”. Muitas vezes, a solução não está na repreensão, mas sim em uma capacidade de organização e diálogo. Essa abordagem se mostrou fundamental, e hoje temos uma agenda voltada para as escolas, que cresce de uma forma impressionante. Outra ação que realizamos e que considero muito importante, especialmente para a campanha, foi a criação de um observatório municipal de segurança e violência na cidade. Essa ideia surgiu em função da minha formação teórica como pesquisadora, já que fiz mestrado em Ciên-

cias Sociais. Para mim, não consigo desenvolver políticas públicas sem indicadores; isso me parece muito desorganizado. Sempre enfrentamos dificuldades em ter um fluxo consistente de compartilhamento de informações com as polícias. A integração no Brasil ainda é muito dependente de pessoas específicas, variando conforme quem é o comandante. Por isso, trabalhamos para ter uma autonomia mínima para a produção de indicadores na prefeitura, a fim de termos argumentos sólidos. Assim, estabelecemos um observatório em parceria com a Universidade Federal e a Secretaria de Saúde. Usamos dados do SIN (Sistema Interligado Nacional) e do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), que são dados de notificação compulsória sobre alguns tipos de violência, além de dados abertos da Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Isso se tornou especialmente útil durante a campanha, pois quando as pessoas diziam que a cidade estava insuportável e cheia de violência, nós podíamos responder: “Deixa te mostrar algo; os indicadores não refletem isso.” Com o observatório, conseguimos ganhar autoridade argumentativa para enfrentar o discurso de medo e insegurança generalizada que surge em qualquer campanha, uma tática da extrema-direita. A extrema-direita instrumentaliza o medo e, na minha hipótese, que posso estar errada, isso ocorre porque muitas vezes as forças progressistas não estão preparadas para lidar com essas informações. Precisamos de um arsenal argumentativo para sustentar nossos pontos de vista, pois creio que o eleitor, ao ouvir um argumento, muitas vezes reage dizendo: “Não, peraí, não é bem assim.” Os vídeos que gravei rebatendo informações incorretas e distorções eram os que mais geravam visualizações, pois as

pessoas começavam a perceber: “Não, espera, não é exatamente isso que está acontecendo.” Portanto, é fundamental que o município invista nessas iniciativas. Outra ação que realizamos e que foi muito importante foi o fortalecimento do uso da tecnologia para a segurança. Juiz de Fora é uma cidade grande, próxima do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, e enfrentamos, de fato, problemas com facções criminosas. No entanto, não tínhamos nem câmeras de videomonitoramento funcionando corretamente; eram 54 câmeras, mas cerca de 30 não estavam operacionais. Em uma conversa com a Margarida, disse a ela que precisávamos investir em tecnologia. Hoje, temos 333 câmeras na cidade, todas com capacidade de inteligência artificial, abrangendo entradas e saídas em locais que antes estavam descobertos. Sempre pensamos em uma construção conjunta com as Forças de Segurança e investimos muito em espaços de integração. Precisamos ouvir essas forças e saber o que elas pensam, mas sem ceder. Eu sempre dizia: “Eu trabalho com as forças policiais, eu não trabalho para as forças policiais; eu trabalho com as forças policiais.” Esse entendimento foi crucial para as ações que implementamos. Recentemente, conseguimos um convênio para Juiz de Fora, com um investimento de 17 milhões do PAC, destinado a uma área de alta vulnerabilidade social. Identificamos essa área por meio dos projetos nas escolas, o que também foi uma descoberta importante em nosso trabalho. Nós sempre priorizamos a implementação de projetos de prevenção e também trabalhamos em iniciativas com as penitenciárias para criar protocolos para egressos, o que considero extremamente importante. Assim, seguimos fazendo várias ações nesse sentido. Outro ponto fundamen-

tal que sempre ressalto é nosso investimento em comunicação estratégica, algo que Margarida apoiou. Eu dizia a ela: “Precisamos falar sobre segurança.” Na prefeitura, eu era a secretária que mais se preocupava com a comunicação. Tudo, absolutamente tudo, que fazíamos virava notícia. Produzíamos notícias positivas sobre qualquer ação, por menor que fosse. Sempre fiz questão de que essas informações fossem divulgadas na imprensa e nas páginas da prefeitura, porque acreditava que precisava criar uma narrativa positiva sobre segurança. Se deixássemos a segurança ser abordada apenas de uma perspectiva negativa, nunca conseguiríamos vencer o jogo da narrativa. Portanto, divulgávamos tudo, desde uma festinha na escola em que um guarda participava até a implementação de novas câmeras. Queríamos que tudo fosse noticiado para criarmos uma visão otimista da segurança. Segurança enquanto um direito que garante outros direitos.

**- Você levantou um ponto importante sobre o policiamento de proximidade, especialmente em grandes cidades como Juiz de Fora, Rio de Janeiro e São Paulo. A guarda municipal desempenha um papel essencial não apenas na segurança, mas também na resolução de conflitos e na inibição de crimes comuns. A colaboração entre municípios e a interligação com as polícias são fundamentais.. Eleger pessoas comprometidas com a segurança é crucial para educar nosso partido, que ainda reluta em discutir o tema. É vital ouvir as necessidades da população, já que a sensação de segurança gerada pela extrema-direita é fácil de criar. Ter representantes que estão nas ruas, como você, é essencial para nossa causa. Gostaria que você compartilhasse mais**

## sobre sua experiência.

- Eu acho que você trouxe uma questão muito importante que eu ia mencionar, mas acabei esquecendo. Desde que o Lula ganhou, sempre investiu em uma relação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Estive em Brasília algumas vezes, pois também tenho uma proximidade grande com o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Segurança. Fui vice-presidente do Conselho, mas agora vou ter que sair. Fiz muita questão de cultivar essa relação próxima com o Ministério da Justiça, porque acredito que o papel desse ministério é induzir políticas de segurança. Assim, o papel de uma política nacional de segurança pública é estruturar, em termos macro, o que se pretende para a política nacional de segurança e induzir políticas em âmbito municipal. E você pode induzir políticas de várias formas, inclusive por meio do financiamento daquilo que se entende como importante. Por exemplo, nós aqui aderimos ao Cortex e ao SineespAC, e preciso dizer uma coisa para vocês: não temos noção do que o Sinesp CAD, através do Ministério da Justiça, significa para a gestão de segurança pública em nível municipal. Isso representou uma economia significativa para nós, é uma organização no trabalho da Guarda. Eu diria que a Guarda Municipal de Juiz de Fora passou por um antes e um depois da implementação do SinespCAD, que é uma plataforma gratuita do Ministério da Justiça e Segurança Pública e que é extremamente importante. Então, esse sentimento que eu tinha de que precisávamos nos aliar à política nacional de segurança e aproveitar o que o Ministério da Justiça oferece foi fundamental. Conseguimos conquistar alguns recursos nesse sentido. No entanto, acredito que o Ministério da Justiça deve assumir a responsabili-

de de pautar a política em âmbito nacional e induzir, em nível municipal, algumas políticas estratégicas, inclusive com financiamento. Sabemos que os municípios são extremamente dependentes de repasses do Governo Federal e que a política de segurança é cara e complicada. Muitas vezes, os prefeitos não têm condições de arcar com esse tipo de tecnologia e investimento. Por isso, é essencial que pensemos, em termos estruturais, como o Governo Fe-

# Sempre pensamos em uma construção conjunta com as Forças de Segurança e investimos muito em espaços de integração

deral pode abordar essa questão. Uma coisa que venho aprendendo, e que a campanha me ensinou muito, é que precisamos combinar nosso conhecimento teórico e prático com a percepção que a rua nos traz. Para quem está interessado em fazer política, seja com mandato ou não, ouvir as pessoas é fundamental. Resolver problemas apenas na teoria pode levar a soluções que não funcionam na prática. Assim, acredito firme-

mente que o processo de democratização da segurança pública passa pela escuta ativa da população. O sistema de justiça criminal também precisa se aproximar mais das pessoas, e aqui eu coloco a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário eles também precisam se aproximar mais da população e devem criar espaços de escuta real, para que possamos desenvolver soluções coletivas. Afinal, boas soluções que não consideram os problemas reais muitas vezes não trarão resultados eficazes.

**- Em Minas Gerais, de um modo geral, o desempenho da segunda e terceira geração de petistas foi muito bom. Temos o sobrinho da ex-presidenta Dilma Rousseff, Pedro Rousseff que se elegeu, o filho do Patrus Ananias e Luiz Dulci também. Temos duas prefeitas reeleitas no primeiro turno. Como é que essa experiência pode ser aproveitada nacionalmente, como ela pode ser usada para contrapor o discurso de que a esquerda fracassou?**

- Eu acompanhei de perto os resultados em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Contagem, e, sinceramente, Marília e Margarida deram um show. Elas foram reeleitas dentro de um contexto de cidades muito estratégicas para Minas Gerais, e isso precisa ser muito, muito valorizado no PT. Essas reeleições são muito simbólicas. Em Juiz de Fora, nunca tivemos um prefeito reeleito, e a Margarida conseguiu se reeleger no primeiro turno, mesmo enfrentando dificuldades, como competir com uma deputada federal, um ex-deputado federal e o filho de um político muito tradicional. Além disso, no PT de Juiz de Fora, formamos a maior bancada da Câmara, o que é um grande feito. Minha sugestão é que o partido organize um pouco

esse saldo positivo que conquistamos. Precisamos estruturar esse reconhecimento para termos um discurso mais uniforme e, assim, colaborar de maneira conjunta, além de refletir sobre os desafios que ainda nos aguardam. Eu sempre digo que estamos aqui pensando hoje, mas também olhando para o amanhã. Temos um grande desafio em 2026, e sabemos disso melhor do que ninguém. Essa data está se aproximando rapidamente, e precisamos pensar na reeleição do presidente Lula, além dos deputados e deputadas federais e estaduais. É importante lembrar que a política começa nas cidades. Acredito que o Partido dos Trabalhadores precisa nos ajudar a organizar esse saldo positivo para que essas alegrias, para que nossas conquistas não fiquem dispersas ou se transformem em projetos pessoais. Precisamos ter uma visão coletiva, porque esse é o nosso desafio: fortalecer o PT. Eu penso assim e a minha eleição foi um resultado do meu esforço, mas não é um projeto individual; é um projeto coletivo de um partido que acredita em um modelo de sociedade construído por meio da colaboração. Um projeto de partido que a gente acredita num modelo de sociedade que é construído por um partido. E a gente precisa organizar isso.

**- O que você destacaria do seu trabalho como secretária e como ter sido secretária impacta sua ação como vereadora?**

- Ser secretária me ensinou muito sobre gestão. Tentei, enquanto ocupava o cargo, manter uma gestão muito próxima dos problemas que precisava resolver. As pessoas que trabalhavam comigo sabem que eu nunca fui uma secretária de gabinete. Se havia um problema, eu ia até o local para entender a situação. Isso me ensinou bastante, pois os problemas da cidade são comple-

xos e exigem um olhar específico para aquilo. Isso me ajudou muito na campanha, pois conheci muita gente. Muitas pessoas passaram a ter uma referência positiva de mim durante meu tempo na secretaria de segurança, porque sempre que havia um problema, por exemplo, em uma escola, a Letícia estava lá no sábado de manhã para resolver, minha gestão como secretária me ensinou bastante. Foi, de fato, minha primeira experiência como gestora

**Os desafios  
serão  
diferentes,  
obviamente,  
mas meu  
objetivo é  
permanecer  
próxima das  
pessoas**

e foi extremamente importante, especialmente para perceber que preciso estar próxima dos problemas, entende? Esse tipo de gestão, mais próxima, definitivamente me ajudou na campanha também. Não foi uma campanha nada fácil; foi uma campanha bastante complicada. Como eu disse, era uma chapa muito forte do PT e, ao mesmo tempo, sabemos que podemos ajudar a eleger um colega, mas também entra-

mos na disputa com a intenção de vencer. E eu senti muito na campanha como as pessoas ainda têm uma incompreensão da segurança. Muitas vezes pensam: “Ah, Letícia foi secretária, então vai defender o uso de armas” ou coisas do tipo. Creio que esta eleição teve um papel pedagógico importante, proporcionando um debate sobre segurança de forma intersetorial, abrangendo diversos ramos das políticas sociais, e destacando que segurança pública não se resume a “tiro, porrada e bomba”. Podemos, sim, discutir a segurança como um direito. Na Câmara, os desafios serão diferentes, obviamente, mas meu objetivo é permanecer próxima das pessoas, da cidade, e levar essa dinâmica adiante. Também quero fortalecer meu diálogo com o PT de Minas, que ainda não é tão próximo, e tentar ajudar o Partido dos Trabalhadores a organizar e ampliar o debate sobre segurança, claro, se houver espaço para isso.

**- Você volta para a secretaria?**

- Não quero ser vereadora. Acredito que precisamos qualificar o legislativo. Para garantir a governabilidade na próxima gestão da Margarida, também precisamos de apoio na Câmara. Confesso que, quando me lancei como candidata, havia dúvidas, como “Será que você volta?” Mas a campanha me mostrou que as pessoas votaram em mim para ser vereadora. Para mim, isso ficou muito claro. Quero ter essa experiência no legislativo, pensar em levar esses debates com mais tranquilidade para outros lugares. Também quero fazer essa interlocução com vocês, dialogando com o PT e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que é uma instância com a qual tenho bastante contato, levando o debate sobre segurança para outros espaços possíveis. ■



O grupo "serviços prestados às famílias" alcançou um ganho acumulado de 4,7% entre maio e agosto

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

# Volume de serviços cresce 2,7% entre janeiro e agosto, diz IBGE

Resultado foi registrado na comparação com igual período de 2023, após leve queda de 0,4% em agosto, mês em que o volume de serviços ficou 15,0% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia)

Agência PT

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, nesta sexta-feira (11), que, entre janeiro e agosto, o volume de serviços no Brasil teve uma expansão de 2,7% na comparação com igual período de 2023, na série livre de ajustes sazonais. O órgão informa também que, em agosto, houve

uma leve queda de 0,4% frente a julho (ponto mais alto da série histórica), após ter avançado 1,6% no período junho-julho. Dessa forma, o setor de serviços se encontra 15,0% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia).

Ainda na série sem ajuste sazonal, na comparação com agosto de 2023, o volume de serviços registrou expansão de 1,7% no mesmo mês de 2024, quinto resultado positivo consecutivo.

Já o acumulado dos últimos 12 meses, ao avançar 1,9% em agosto,

repetiu as taxas de junho e julho de 2024.

## Por atividades

O decréscimo do volume de serviços (-0,4%), observado na passagem de julho para agosto de 2024, foi acompanhado por apenas duas das cinco atividades de divulgação investigadas, com destaque para o recuo de informação e comunicação (-1,0%), que devolveu parte do ganho de 3,7% acumulado nos dois meses anteriores.



A outra retração veio do setor de transportes (-0,4%), que emplacou a segunda taxa negativa seguida, acumulando uma perda de 2,0%.

Em contrapartida, outros serviços (1,4%) e serviços prestados às famílias (0,8%) registraram os avanços do mês, com o primeiro ramo assinalando uma expansão de 1,7% no período julho-agosto, enquanto o último alcançou um ganho acumulado de 4,7% entre maio e agosto. Por sua vez, o setor de profissionais, administrativos e complementares (0,0%) ficou estável neste mês.

Ainda na série sem ajuste sazonal, a evolução do índice de média móvel trimestral para o total do volume de serviços mostrou crescimento de 0,4% no trimestre encerrado em agosto de 2024, frente ao nível do mês anterior.

Entre os setores, ainda em relação ao movimento deste índice na margem, houve predomínio de taxas positivas, já que quatro dos 5 setores investigados também mostraram expansão: informação e comunicação (0,9%); os serviços prestados às famílias (0,5%); os outros serviços (0,5%); e os profissionais, administrativos e complementares (0,4%); ao passo que os transportes (-0,1%) registraram a única retração do mês.

Em relação ao crescimento de 1,7% entre agosto de 2023 e agosto de 2024, o avanço deste mês foi acompanhado por quatro das cinco atividades de divulgação e contou ainda com crescimento em 59,0% dos 166 tipos de serviços considerados.

Entre os setores, o de informação e comunicação (6,9%) exerceu o principal impacto positivo, impulsionado, principalmente, pelo aumento da receita em telecomunicações; portais, provedores de conteúdo e ou-

tros serviços de informação na internet; desenvolvimento e licenciamento de softwares; consultoria em tecnologia da informação; e atividades de TV aberta.

Em sentido oposto, os transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,9%) exerceram a única influência negativa, pressionados, especialmente, pela menor receita vinda de transporte rodoviário de cargas, transporte aéreo de passageiros, correio e logística de transporte.

No acumulado do ano (janeiro a agosto), frente a igual período do ano anterior, o setor de serviços apresentou expansão de 2,7%, com quatro das cinco atividades de divulgação apontando taxas positivas e crescimento em 60,2% dos 166 tipos de serviços investigados.

Entre os setores, as contribuições positivas mais importantes ficaram com os ramos de serviços profissionais, administrativos e complementares (7,5%); e de informação e comunicação (5,8%), impulsionados, em grande parte, pelo aumento das receitas das empresas que atuam nos segmentos de agenciamento de espaços de publicidade; atividades jurídicas; intermediação de negócios em geral; organização, promoção e gestão de feiras, congressos e convenções, no primeiro setor; telecomunicações; portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; desenvolvimento e licenciamento de softwares; e atividades de TV aberta.

Em contrapartida, os transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,4%) exerceram a única influência negativa, pressionados, especialmente, pela menor receita vinda de rodoviário de cargas, gestão de portos e terminais e transporte aéreo.

## Por regiões

Regionalmente, 20 UFs apresentaram retração no volume de serviços em agosto.

Regionalmente, 20 das 27 unidades da federação tiveram retração no volume de serviços em agosto de 2024, na comparação com o mês imediatamente anterior, acompanhando o recuo observado no resultado do Brasil (-0,4%).

Entre os locais que apontaram taxas negativas nesse mês, os impactos mais importantes vieram do Distrito Federal (-9,4%) e do Rio de Janeiro (-1,6%), seguidos por Minas Gerais (-1,1%), Goiás (-2,3%), São Paulo (-0,1%) e Pará (-2,7%).

Na comparação com agosto de 2023, a expansão do volume de serviços no Brasil (1,7%) foi acompanhada por 18 das 27 unidades da federação (Gráfico 6). A contribuição positiva mais importante ficou com São Paulo (4,3%), seguido por Rio de Janeiro (1,9%), Santa Catarina (5,7%), Bahia (3,5%), Amazonas (8,3%), Espírito Santo (6,0%) e Paraná (1,6%).

Em sentido oposto, o Rio Grande do Sul (-15,7%) liderou as perdas do mês, seguido por Mato Grosso (-12,1%), Mato Grosso do Sul (-14,4%) e Goiás (-7,6%).

No acumulado do ano (janeiro a agosto), frente a igual período do ano anterior, o avanço do volume de serviços no Brasil (2,7%) se deu de forma disseminada entre os locais investigados, já que 21 das 27 unidades da federação também mostraram expansão na receita real de serviços.

O principal impacto positivo em termos regionais ocorreu em São Paulo (4,0%), seguido por Rio de Janeiro (3,8%), Paraná (3,7%), Santa Catarina (5,6%) e Minas Gerais (2,4%). Por outro lado, Rio Grande do Sul (-7,4%) e Mato Grosso (-9,1%) registraram as influências negativas mais importantes sobre o índice nacional. ■

Com informações do IBGE



José Cruz/Agência Brasil

# Como taxar os bilionários

Thomas Piketty

Publicado originalmente no *Le Monde* em 12/10/2024

**O**s debates fiscais na França, como os realizados ao nível do G20 em 2024, certamente mostram: a questão da justiça fiscal e da tributação dos bilionários não está prestes a sair do debate público. Por uma razão simples: as somas arrecadadas pelos mais ricos nas últimas décadas são simplesmente gigantescas.

Aqueles que pensam que esta é uma questão secundária ou simbólica devem olhar para os números. Na França, as quinhentas maiores fortunas aumentaram 1 trilhão de euros desde 2010, passando de 200

bilhões para 1.200 bilhões.

Em outras palavras, um imposto excepcional de 10% sobre esse enriquecimento de 1 trilhão seria suficiente para trazer 100 bilhões, ou seja, tanto quanto todos os cortes orçamentários previstos pelo governo para os próximos três anos. Um imposto excepcional de 20%, que permaneceria muito moderado, renderia 200 bilhões e permitiria tantas despesas adicionais.

No entanto, alguns continuam a rejeitar este debate, com argumentos que devem ser desmontados com precisão. A primeira é que essas imensas fortunas privadas correspondem a um simples jogo de escrita e realmente não existem. É verdade: são simples jogos de escrita em computadores, assim como a dívida pública, os salários pagos em contas bancárias, etc. Exceto que esses jogos de escri-

ta têm um impacto muito real na vida de cada um, e nas relações de poder entre as diferentes classes sociais e o poder público.

Concretamente, como os bilionários pagarão esse imposto de 10% sobre o enriquecimento? Se os lucros obtidos no ano forem insuficientes, então eles terão que vender parte de suas ações, colocando 10% de sua carteira. Se isso for um problema para encontrar um comprador, então o Estado pode perfeitamente admitir esses títulos como pagamento de impostos.

Se necessário, ele colocará esses títulos à venda usando o procedimento de sua escolha, por exemplo, permitindo que os funcionários adquiram essas ações, o que fortaleceria seu envolvimento nas empresas. Em qualquer caso, a dívida pública líquida será reduzida proporcionalmente.

## Discurso derrotista

O segundo argumento frequentemente ouvido é explicar que os estados modernos são fracos demais para impor qualquer coisa aos bilionários. Com a globalização e o livre movimento de capital, eles podem fugir para a jurisdição mais favorável, de modo que as receitas prometidas vão por água abaixo.

O argumento parece sólido para muitos. Ele é na verdade hipócrita e frágil. Primeiro porque foram os Estados que estabeleceram a livre circulação de capitais, com um sistema legal sofisticado garantido pelos tribunais públicos, e que poderia muito bem ser substituído por outro. Em segundo lugar, porque este argumento equivale a um abandono da soberania, defendido por políticos que passam o tempo a evocar o regresso da autoridade do Estado, mas que acham mais fácil exercer a sua autoridade sobre os mais pobres do que sobre os poderosos.

Por último, mas não menos importante, esse discurso derrotista esquece que os Estados ainda têm margem de manobra, inclusive agindo sozinhos. Quando os Estados Unidos ameaçam retirar as licenças dos bancos suíços, Berna acaba com o sigilo bancário. No outro lado do Atlântico, os contribuintes são tributados de acordo com sua nacionalidade, inclusive se deixarem os Estados Unidos.

E se eles querem abrir mão de seu passaporte, o que não é isento de riscos, então nada proíbe o poder público de continuar a imputá-los, uma vez que seu enriquecimento tenha ocorrido nos Estados Unidos (ou ainda mais simplesmente se eles continuarem a usar o dólar). A França é um país menor, mas também possui meios de pressão significativos.

Poderíamos, por exemplo, impor o imposto excepcional sobre o enriquecimento com base no



Frederic Legerand - COMEO / Shutterstock

número de anos passados na França. Por exemplo, um contribuinte residente na Suíça por um ano após cinquenta anos na França continuaria a pagar cinquenta e um do imposto devido por um residente francês. Aqueles que se recusassem a pagar seriam ilegais e incorreriam nas penalidades correspondentes.

O último argumento usado para explicar que seria impossível tributar bilionários é que isso seria contra a lei ou a Constituição. Nada de novo: em todas as épocas, os poderosos usam de bom grado a linguagem da lei para preservar seus privilégios. Exceto que nada na Constituição proíbe a imposição de um imposto excepcional sobre o enriquecimento dos bilionários e, mais geralmente, a tributação do patrimônio, que é um indicador relevante para avaliar a capacidade contributiva dos cidadãos, pelo menos tanto quanto a renda.

É também por esta razão que o legislador implementou em 1789 um importante sistema de imposto sucessório e imposto predial (independentemente de qualquer renda) e que um imposto excep-

cional sobre o enriquecimento foi aplicado em 1945. O fato de alguns juízes constitucionais ignorarem tudo isso e às vezes tentarem usar sua função para impor suas preferências partidárias não muda o caso: é um debate político e não jurídico.

Outras soluções são possíveis, como o imposto Barnier sobre rendimentos superiores a 500 000 euros. Exceto que ela renderá 2 bilhões, em vez de 100 bilhões para o imposto de 10% sobre o enriquecimento dos bilionários, que de fato não pagarão quase nada com o imposto Barnier, pela simples razão de que sua renda representa uma fração infinitesimal de sua fortuna.

Resultado: são sobretudo os mais modestos que pagarão o preço do orçamento da Barnier e da plaina dos serviços públicos. Tal estratégia nos leva direto para a parede: não podemos enfrentar os atuais desafios sociais e climáticos se não começarmos impondo os mais ricos de forma visível e indiscutível. ■

**Thomas Piketty** é diretor de estudos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Escola de Economia de Paris

# Em São Mateus, no norte do Espírito Santo, vereadora petista venceu com pautas relacionadas à educação e cultura



Reprodução

Claudia Rocha

“São Mateus é uma cidade coronelista”, assim classificou Valdirene Bernardino Pires, professora da rede pública da cidade que fica no interior do Espírito Santo, cerca de 200 km da capital, Vitória, com pouco mais de 100 mil habitantes. Mulher negra, mãe de dois filhos, Professora Valdirene, nome pelo qual ficou conhecida nas urnas, foi eleita vereadora pelo Partido dos Trabalhadores com 1.131 votos.

A campanha, considerada bem-sucedida, foi organizada, segundo Valdirene, com a perspectiva de alcançar a maior parte da população mateense e não restrita apenas às bases nas quais ela

militou boa parte de sua vida.

Professora desde os 19 anos, Valdirene sempre participou ativamente da política local; compôs a direção do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais até 2016, integrou o Conselho Municipal de Educação e atuou no Coletivo de Mulheres Pretas Constância D'Angola, formado no município.

Apesar do envolvimento no movimento social, a trajetória dentro da política institucional começou agora, em sua primeira eleição aos 53 anos, após sugestões de colegas do partido. “Você não deixa de ser mãe ou ser mulher só porque entrou na política, né? Tenho 33 anos de profissão, agora com os filhos criados e encaminhados, fica mais fácil me dedicar a esse espaço”, comenta.

Única representante de esquer-

da na Câmara Municipal a partir de 2025, a petista conta que “bateu muita perna” na cidade inteira, além de contar com o apoio da comunidade escolar, onde já era bastante conhecida.

A vereadora eleita apontou como ponto importante para as campanhas políticas atuais o diálogo nas redes sociais, em especial para alcançar os eleitores mais jovens; algo que na visão de Valdirene ainda precisa ser melhor trabalhado no campo da esquerda no geral.

## Desafios no âmbito municipal

A professora destaca a complexidade dos desafios do pleito municipal. “Quando a política é nacional, o PT dificilmente perde em São Mateus, Lula ganhou aqui com uma votação boa, mas na prefeitura o jogo é diferente”, relata. Nas últimas décadas, foram eleitos prefeitos ligados ao universo empresarial. “As pessoas aqui tem uma tendência de achar que só porque fulano gerencia um negócio, ele pode gerenciar uma cidade”, comenta.

Em 2021, o prefeito Daniel Santana (sem partido), conhecido como Daniel do Açaí, foi alvo de uma operação da Polícia Federal e chegou a ser preso por fraude em licitações. Nesta eleição, de 2024, o vencedor foi o empresário Marcus da Cozivip (Podemos).

## Mentoria da FPA

Como trabalho de organização de suas propostas, Valdirene, na condição de candidata, participou de algumas aulas do Time de Mentoria da FPA, uma iniciativa da Fundação Perseu Abramo. Segundo a vereadora eleita, o grupo foi importante para que ela tivesse instrumentos para ordenar seus objetivos dentro do plano da campanha.

Os mentorados da FPA puderam contar com especialistas em 24 áreas, sendo algumas delas: comunicação, meio ambiente, segurança pública, pessoas idosas, energia, trabalho, micro e pequenas empresas. O trabalho voltado às eleições é uma iniciativa coordenada pelos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas da fundação.

## Expectativas do mandato

As propostas da Professora Valdirene têm relação com diferentes setores da população de São Mateus. Ela destaca como principal demanda a ser atendida a questão da educação para alunos da rede pública que necessitam de cuidados, como aqueles que possuem transtornos como autismo e outras deficiências.

Além disso, cita ainda a importância do fortalecimento da cultura local. “Os negros são 52% da população da cidade, e sofremos com o apagamento da nossa cultura”, pontua a vereadora que nasceu em uma comunidade quilombola capixaba. Um olhar apurado na fiscalização das verbas do município para educação e saúde também fazem parte do plano.

“Não será fácil, nada é fácil para uma mulher negra, não é mesmo? Mas, a minha expectativa é que a população mateense possa cobrar dessa Câmara, de fato, com a cobrança da população, o legislativo vai começar a fazer o seu dever de casa, vai poder fiscalizar melhor”, afirma Valdirene. ■



Reprodução

Análise

# O Programa de Governo Participativo e a vitória de Andrezinho Ceciliano em Paracambi

Artur Messias, Fernando Linhares, José Augusto Valente e Vitor “Suburbano” de Almeida

**A** vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) na prefeitura de Paracambi, com 64% dos votos, tendo como adversária a candidata apoiada pela prefeita bolsonarista, abre uma importante reflexão sobre os elementos que compõem a disputa política necessária em nosso país.

Diversos aspectos precisam ser analisados, mas aqui trataremos de uma questão que consideramos decisiva para o sucesso da campanha: a formulação do Plano de Governo de Andrezinho Ceciliano, cujo processo foi rea-

lizado durante a pré-campanha e denominado de Programa de Governo Participativo (PGP).

Para contextualizarmos essa proposta, é necessário relacioná-la ao histórico do partido. Afinal, a história do PT se confunde com a implantação de políticas públicas que estimulam a participação e o controle social. Faz parte do nosso “DNA” político.

Desde as primeiras experiências administrativas, o partido apresentou essa marca, que hoje precisa ser resgatada e sempre ampliada. O Orçamento Participativo, a inversão de prioridades em favor dos mais pobres e inovações na implementação de políticas públicas sempre orientaram nossa ação política.

O PGP começou a ser idealizado em 2023, com sua preparação iniciada por meio de reuniões se-



Reprodução

manais de uma pequena equipe organizadora, composta por convidados e especialistas.

Durante a sua estruturação, foram realizadas extensas pesquisas e levantamentos de dados atualizados sobre o município. Como resultado, entre maio e agosto de 2024, aconteceram reuniões plenárias e o que chamamos de “reuniões qualificadas”, que promoveram uma ampla mobilização e reflexão sobre as possibilidades de futuro para a cidade de Paracambi e sua gente.

Além das “escutas” e análises de dados sobre o município, o processo de elaboração do PGP se mostrou também uma estratégia legal, do ponto de vista jurídico, para fazer campanha e divulgar as pré-candidaturas antes do período eleitoral oficial, em face de variados contatos diretos com a população, permitindo uma pré-campanha legítima e participativa.

## Contextualização do Município

Paracambi é um município localizado na Baixada Fluminense,

no estado do Rio de Janeiro, e faz divisa com a Região Centro-Sul Fluminense. De acordo com o Censo de 2022, a cidade conta com 41.375 habitantes, sendo marcada por uma população majoritariamente cristã evangélica e por um histórico de mandatos petistas (2000-2008 e 2009-2016). No pleito de 2024, o PT conquistou mais uma vitória sobre o grupo político da prefeita do PL, que tentava eleger sua sucessora após dois mandatos consecutivos.

Na eleição nacional de 2022, Bolsonaro obteve 55,16% dos votos no primeiro turno e 60,21% no segundo, enquanto Lula registrou 38,27% e 39,79%, respectivamente. Esses dados são importantes para entendermos o cenário local e a trajetória de sucesso do Programa de Governo Participativo.

## Processo de Construção do PGP

Ao todo, foram realizadas 23 plenárias nos bairros e temáticas, que contaram com a participação de mais de quatro mil pessoas. Além disso, as “reuniões qualificadas” reuniram diferentes gru-

pos sociais e econômicos, como setores econômicos e movimentos sociais organizados, que trouxeram suas propostas e reflexões. No total, foram 28 reuniões, que geraram debates profundos sobre os problemas e as possíveis soluções para a ação do poder público.

O PGP de Paracambi foi uma oportunidade para que a população exercesse sua cidadania ativa. A simplicidade do formato permitiu que diversas vozes fossem ouvidas, revelando sonhos, vontades e a confiança no futuro da cidade. Jovens, trabalhadores, comerciantes, mães atípicas, artesãos, agricultores e industriais participaram ativamente das discussões, demonstrando o protagonismo da comunidade na proposição de ideias e projetos.

Além de fortalecer novas relações humanas, o PGP gerou parcerias, união e sinergia entre os participantes, promovendo a construção de um projeto que refletiu os interesses reais da população. Acreditamos que quanto mais participativo e mobilizador for o processo, mais o Programa

de Governo representará as preocupações e desejos dos moradores e esse se tornou o nosso principal objetivo.

## **Impacto nas Reuniões e Metodologia**

As reuniões foram se tornando um acontecimento político e social da cidade. As reuniões temáticas eram realizadas principalmente no Cinema Imperial, no centro da cidade, contavam sempre com grande participação. Nos bairros, as reuniões aconteciam em pontos importantes das localidades, contando sempre com uma expressiva presença de moradores.

Como metodologia, todos e todas que chegavam eram cadastrados e ganhavam um crachá com o seu nome em destaque, o que contribuiu para uma relação mais horizontal nos encontros.

Imbuídos da metodologia participativa, os convidados para abrir as discussões sobre os diferentes temas da ação pública municipal fizeram apresentações que estimularam os debates que aconteciam durante a noite ou nos finais de semana em Paracambi.

Os presentes que não falavam ao microfone tinham a possibilidade de preencher fichas de propostas que, posteriormente, foram, uma por uma, lidas, digitadas e sistematizadas para compor o Programa de Governo. Foram mais de duas mil propostas diferentes apresentadas ao PGP por essa via.

Para candidatos e candidatas da base do futuro prefeito, as reuniões do PGP foram muito importantes e decisivas para a formação de um discurso coerente, possibilitando uma maior capilarização das propostas nos diferentes espaços do município.

Nesse sentido, os debates proporcionaram um destacado panorama dos problemas e possíveis

soluções de todos os recantos da cidade, um momento em que os futuros legisladores estabeleceram um contato direto com a Paracambi profunda, conhecendo melhor suas demandas e expectativas. Nos lugares onde não foi possível a realização de reuniões mais amplas, o PGP se fez presente com visitas para a escuta dos moradores.

## **Organização e Acolhimento**

A equipe organizadora do PGP desempenhou um papel fundamental ao criar um ambiente acolhedor e propício para a participação. Desde o credenciamento, a recepção calorosa, até o café servido durante os encontros, todos esses elementos contribuíram para um clima favorável às boas discussões políticas.

A coordenação política local também garantiu o bom andamento das atividades, intercalando falas de pré-candidatos com as intervenções da população. Em paralelo, a Comunicação, com a produção de imagens, gravação de todas as falas da reunião com transmissão online e divulgação sistemática das atividades foram fatores que contribuíram para a elaboração do imaginário exitoso da proposta, traduzido na mobilização da população em torno do processo de elaboração do Programa de Governo.

## **Liderança de Andrezinho Ceciliano e Romero do Hospital**

A presença de Andrezinho Ceciliano e de seu vice-prefeito, Romero do Hospital, foi decisiva para o sucesso das reuniões. Com seriedade e dedicação, Andrezinho demonstrava atenção às falas dos moradores, capacidade de síntese sobre o que foi discutido na pauta do dia, evidenciando a ideia de que aquele era um espaço

popular de poder falar e influenciar diretamente nas decisões do futuro prefeito da cidade.

Outro fator que contribuiu para a adesão popular ao PGP foram as lembranças das gestões anteriores de André Ceciliano, cujas políticas públicas transformaram a cidade.

Como deputado estadual, Andrezinho manteve uma atuação firme em favor de Paracambi, especialmente após as enchentes que atingiram o município no início de 2024. Essas ações consolidaram sua imagem como um jovem político comprometido com a cidade.

## **Conclusão**

A construção do Programa de Governo em Paracambi, dado o seu caráter participativo, foi mais do que um texto a ser entregue ao TRE, por ocasião do registro das candidaturas de Andrezinho e Romero. Se transformou em um processo vivo de mobilização e construção de uma utopia coletiva, sintetizada nas frases “Paracambi do Futuro” e “Eu amo Paracambi”.

A sintonia entre o discurso político e os problemas reais da população, aliada à ampla participação popular, garantiu o protagonismo do projeto eleitoral de Andrezinho Ceciliano, consolidando sua vitória nas urnas. ■

**Artur Messias** é ex-prefeito de Mesquita, município da Baixada Fluminense, pelo PT, de 2005 a 2012, e coordenador do PGP;

**Fernando Linhares** é professor de História e coordenador do PGP.

**José Augusto Valente** é membro da Divisão Técnica de Transporte e Logística do Clube de Engenharia e coordenador do PGP. Foi Secretário de Política Nacional de Transportes e presidente do DER-RJ.

**Vitor “Suburbano” de Almeida** é doutorando em História Social pela UERJ, assessor parlamentar e coordenador do PGP.



**MERCADO** - A missão do senador Rogério Carvalho é parte de uma estratégia maior do Brasil para se posicionar como uma potência emergente e garantir que os produtos brasileiros alcancem novos mercados

# Rogério Carvalho representa o Brasil em viagens à China e Estados Unidos

Senador debaterá avanços do comércio exterior e novas tecnologias na Canton Fair, que será realizada na cidade de Guangzhou, e na Fira USA 2024, que acontece na Califórnia

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) participará, entre os dias 15 e 24 de outubro, de duas importantes feiras internacionais que ocorrerão na China e Estados Unidos, reforçando o papel estratégico do Brasil no cenário global.

Enviado pelo Brasil em missão oficial, o parlamentar representará o país em discussões sobre comércio exterior e avanços tecnológicos, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento eco-

nômico nacional.

Em tempos de crescente interdependência econômica, a presença de Carvalho em eventos desse porte é fundamental para defender os interesses nacionais e assegurar que o Brasil se insira de maneira competitiva nas cadeias globais de valor.

Na cidade de Guangzhou, uma das maiores metrópoles chinesas, o senador participará da Canton Fair, a Feira de Importação e Exportação da China, que é considerada um dos maiores e mais influentes eventos de comércio global.

O fortalecimento da relação Brasil/China será o foco de sua atuação, com ênfase na diversificação e aumento das exportações brasileiras para o país asiático, bem como na exploração de novos acordos de cooperação bilateral.

“O Brasil está em pé de igualdade com os países mais desenvolvidos do mundo no que diz respeito aos desafios e oportunidades do comércio global e da inovação tecnológica. Por isso que, na Canton Fair, em Guangzhou, defenderemos a ampliação da parceria comercial com a China, fortale-



cendo nossas exportações e garantindo que o Brasil tenha um papel central no comércio internacional”, comentou o senador.

A missão do senador é parte de uma estratégia maior do Brasil para se posicionar como uma potência emergente e garantir que os produtos brasileiros, especialmente os manufaturados e de alta tecnologia, alcancem novos mercados. Além disso, a parceria com a China, maior parceiro comercial do Brasil, é vital para o equilíbrio da balança comercial e para a atração de investimentos chineses no país.

Nos Estados Unidos, Rogério Carvalho participará da Fira USA 2024, uma das principais exposições mundiais de tecnologia e robótica, realizada em Woodland, Califórnia. O evento reúne empresas de tecnologia de ponta e líderes da indústria global, oferecendo ao Brasil uma oportunidade muito interessante para aprofundar laços de cooperação no setor tecnológico.

Para o senador, essa é uma chance de colocar o país no centro das discussões sobre inovação, fortalecendo a relação Brasil-EUA, não apenas em termos de troca de conhecimento, mas também de investimentos que podem ser determinantes para a economia do futuro.

A presença do senador nessas feiras internacionais sinaliza o compromisso do Brasil em ser um ator relevante nas negociações globais e na transformação econômica impulsionada pela inovação. “Combinando acordos comerciais e avanços tecnológicos, defenderemos um futuro em que o Brasil, além de manter sua relevância no agronegócio, seja reconhecido por sua capacidade de competir e liderar em setores estratégicos do comércio e da tecnologia”, concluiu. ■

# O pouso e os sinais de uma nova primavera

“As belezas naturais de Olinda e a força do seu povo continuam firmes na construção de uma primavera inclusiva, próspera e feliz. Como já dizia o poeta: “Eu já escuto os teus sinais.”

**Brenno Almeida, vice-presidente da Fundação Perseu Abramo**

**E**ra mais de 19h45 do domingo, 6 de outubro, quando a aeronave que me trazia do Recife pousou na capital paulista, dando início a mais uma semana de trabalho na Fundação Perseu Abramo. Sem internet durante o voo, passei três intermináveis horas ansioso pela apuração dos votos do primeiro turno das eleições municipais deste ano.

Assim que tocamos o solo, ativei o celular e, enquanto a aeronave taxiava na pista do aeroporto, fui tomado pela mesma alegria que me invade dois anos antes. O PT repetiu o feito daquele ano, consolidando-se como o partido mais votado nas eleições majoritárias de Olinda, em Pernambuco, minha cidade natal.

Em 2022, o presidente Lula e a senadora Teresa Leitão alcançaram os maiores percentuais de votos no primeiro turno, com 57,02% e 46,77%, respectivamente. Este ano, o candidato do PT à prefeitura, Vinícius Castello, manteve essa tradição, liderando o primeiro turno com 38,75% dos

votos.

Na eleição para a Câmara de Vereadores, a mais antiga em atividade no país, o PT garantiu sua cadeira com uma votação histórica: Eugênia Lima foi a segunda vereadora mais votada da cidade, conquistando 7.110 votos – a maior votação já recebida por uma mulher no legislativo municipal.

As mulheres do PT desempenharam um papel fundamental na chapa da Federação Brasil da Esperança, defendendo causas sociais e humanitárias. As suplentes eleitas também se destacaram:

- Rafaela Crispim (Conselheira Tutelar) – 2.174 votos, 1ª suplente da Federação
- Rhyanne Almeida (Rhyanne Representa) – 1.272 votos, suplente
- Iolanda Silva (Ex-presidente municipal do PT) – 872 votos, suplente

Eleito em 2020 como o vereador mais jovem da cidade, Vinícius fez história com uma campanha inovadora, conectada à linguagem contemporânea e à pluralidade social. Sua vitória ampliou a visibilidade de grupos marginalizados e marcou o início de um mandato comprometido com a defesa dos direitos sociais e



Ricardo Stuckert

**VINÍCIUS** tem mobilizado lideranças, militantes, artistas e trabalhadores de diversos setores. Sua campanha tem atraído pessoas que estavam desiludidas com a política local

com a participação ativa da sociedade civil organizada.

Entre suas iniciativas mais relevantes estão a Renda Básica Municipal, o Estatuto da Liberdade Religiosa, o Dia de Luta e Resistência dos Povos Indígenas e o Dia Municipal de Combate ao Racismo e Genocídio Contra Crianças e Adolescentes Negros. Vinícius também se destacou na valorização da cultura local, apoiando agremiações carnavalescas e defendendo os servidores públicos. Sua atuação foi amplamente articulada com movimentos sociais e forças progressistas, o que lhe rendeu, em março deste ano, a indicação unânime do diretório

municipal para disputar a prefeitura.

Com a campanha nas ruas, Vinícius tem levado sua mensagem de esperança a todos os cantos da cidade, propondo políticas públicas que resgatem da invisibilidade milhares de olindenses. Nos bairros mais desassistidos, sua promessa é restaurar a dignidade de quem luta por serviços básicos. A campanha também denuncia a crise na preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade, tombado pela UNESCO em 1982, e a falta de diálogo com os fazendeiros de cultura em um dos maiores polos carnavalescos do Brasil.

Para reverter esse cenário, Vi-

nícius tem mobilizado lideranças, militantes, artistas e trabalhadores de diversos setores. Sua campanha tem atraído pessoas que estavam desiludidas com a política local e que agora encontram, nas ideias e nas cores do PT, um motivo para vestir vermelho, levantar bandeiras e lutar por direitos.

As belezas naturais de Olinda e a força do seu povo continuam firmes na construção de uma primavera inclusiva, próspera e feliz. Como já dizia o poeta: “Eu já escuto os teus sinais.” ■

Brenno Almeida, atual vice-presidente da Fundação Perseu Abramo, é economista e especialista em Planejamento e Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

# Emergência climática e agricultura

Beto Faro

**D**esde logo, as nossas homenagens à população paraense no ensejo da 232ª celebração anual do Círio de Nazaré que culminará com a procissão do próximo dia 13. Pedimos à Nossa Senhora, proteção para todas e todos, e as suas bênçãos para que sigamos firmes no curso de esperanças e progresso iniciado em 2023. Impressiona termos logado a peregrinação de uma profissão da fé católica, que transcendeu essa dimensão e a própria religiosidade para se converter em raro fenômeno ecumênico e cultural, de grande magnitude, com efeitos na formação da identidade de toda uma população.

Que a proteção de Nossa Senhora de Nazaré se estenda às lideranças políticas mundiais para que se movam pela busca da paz entre os povos, pela superação da fome e pela minoração das vergonhosas e absurdas desigualdades em todos os cantos desse mundo. Em especial, que a padroeira dos paraenses opere o milagre de transformar a COP 30 num Ato que efetivamente repercuta na salvação do planeta do desastre climático global.

A propósito, as recentes temperaturas records e a eclosão de eventos climáticos catastróficos ou atípicos por todas as regiões do planeta, incluindo até a inundação no Saara, provam o conservadorismo das previsões anteriores do IPCC —instância da ONU que

fornece as avaliações regulares sobre a mudança do clima e suas consequências.

A realidade fulminou as convicções até dos negociacionistas mais idiotizados, e não autoriza mais as previsões de aumento da temperatura média limitada a 1.5°C. Tampouco teremos um ‘tempinho’, até o fim do século, para os cenários extremos; a crise climática está aí!

O IPCC prevê, na atualidade, elevação média da temperatura da terra acima dos 3oC. Para termos ideia da gravidade desse quadro, a ciência sustenta que o incremento acima dos 2°C nos levará a um mundo desconhecido e imprevisível.

Sem uma grande e convergente reação da humanidade, cada vez mais teremos fenômenos climáticos catastróficos com efeitos assustadores como a elevação dos níveis do mar; migração e proliferação de pragas e doenças na agricultura; surgimento de novas espécies de insetos, bactérias, fungos; redução da disponibilidade de água. A diminuição das chuvas na Amazônia alcançará até 45%.

Dois atividades, em especial, sentirão com mais intensidade os efeitos do aumento da temperatura no Brasil: a produção de energia de fontes hídricas e a agricultura.

No caso agrícola, temos o lamentável atraso do Brasil na efetivação da transição energética e descarbonização na agricultura, e na desconcentração regional da atividade.

Isso, graças à oposição absurda por parte de setores dos ru-

ralistas, o que finda bloqueando a viabilização de um padrão de agricultura no país, capaz de coexistir nas situações de estresse climático.

Observe-se que, por “sorte”, a calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul, que concentra mais de 70% da produção nacional de arroz, ocorreu no final da colheita do produto.

Não obstante essas falhas inaceitáveis, o Departamento de Agricultura dos EUA estima para 2033 um contexto de brutal concentração das exportações agrícolas, com o elevado protagonismo do Brasil.

Constatando-se tais previsões, o mundo todo estará exposto a uma condição de risco severo ao acesso a alimentos estratégicos, posto que tais projeções certamente não incorporam os efeitos da emergência ambiental.

Assim, por exemplo, as projeções, em Céu de Brigadeiro do USDA, afirmam que as exportações de carne bovina, lideradas pelo Brasil, estarão concentradas, em 68%, em cinco países; as de milho, também lideradas pelo Brasil, estarão 87% concentradas em 4

países. Carne de porco, 88% concentrada em 4 países, EUA à frente; carne de aves, 80% em 4 países, Brasil liderando; soja, 86.3% em 2 países (BR e EUA). Atuemos para que a COP 30, em Belém, livre a humanidade dos piores cenários associados à emergência do clima! ■

Beto Faro é senador pelo estado do Pará e líder do PT no Senado  
Artigo originalmente publicado no jornal O Liberal do dia 13 de outubro de 2024



**FOTO PREMIADA** - “Não foi fácil fazer esse registro porque os policiais entravam na frente dificultando o trabalho para registrar a abordagem”, comentou o fotógrafo

## Paulo Pinto, da Agência Brasil, vence Prêmio Vladimir Herzog em fotografia

O fotógrafo é reconhecido pelo olhar artístico e jornalístico em sua obra. Paulo Pinto é o autor do registro de Lula na multidão momentos antes de ser preso e levado à PF de Curitiba, em 2018

Fernanda Otero

**N**a última quinta-feira (10), o 46º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos divulgou os resultados ao longo da tarde, após o júri se reunir para selecionar os vencedores em todas as categorias.

Vencedora em duas categorias em primeiro lugar, a Empresa Brasileira de Comunicação levou, com destaque, a categoria fotografia, com o trabalho do repórter fotográfico Paulo Pinto, da Agência Brasil, publicado na reportagem *Passe Livre faz manifestação em São Paulo contra o aumento da tarifa*, assinada pelo jornalista Bruno Bocchini e editada por Marcelo Brandão.

Paulo Pinto conversou com a *Focus* sobre a premiação e se disse honrado. “É uma honra e reconhecimento profissional, o maior prêmio do jornalismo brasileiro da atualidade. Estar nessa galeria é a coroação de uma vida de dedicação ao jornalismo. Informar através de imagens é o que nos guia, mostrar a realidade que está

estampada a nossa frente sem retoques”, reconheceu o fotógrafo.

O profissional ressaltou a importância que tem a Agência Brasil na democratização da informação, pois “trabalhar em um órgão que é voltado para o interesse público nos anima mais ainda para continuarmos fazendo o melhor a cada dia, democratizando a informação no sentido amplo da palavra” declarou.

A imagem vencedora de Paulo Pinto, da Agência Brasil, foi capturada durante uma manifestação do Movimento Passe Livre, quando os policiais militares revistavam as pessoas na estação Repùblica do metrô. “Não foi fácil fazer esse registro porque os policiais entravam na frente dificultando o trabalho para registrar a abordagem”, comentou Paulo em entrevista à EBC.

“Ser premiado no 46º Prêmio Vladimir Herzog é uma honra e reconhecimento profissional. É hoje o maior prêmio do jornalismo brasileiro e estar nessa galeria é a coroação de uma vida de dedicação ao jornalismo. Informar através de imagens é o que nos guia, mostrar a realidade que está estampada a nossa frente sem retoques”, disse o fotógrafo da EBC.

Com uma carreira profissional marcada por registros históricos de momentos do esporte, política e artes, Paulo Pinto é o autor da imagem que rodou o mundo na véspera da prisão do presidente Lula, na porta do Sindicato dos Metalúrgicos, em 2018.

## Perfil

Paulo Pinto teve pela fotografia ainda na infância e quando adolescente, acompanhava o irmão que também era fotógrafo em Santana do Livramento, sua cidade natal. Iniciou a carreira em um jornal local e transferiu-se para São Paulo em 1994.

Filho de um jogador de futebol, sempre foi apaixonado pelo esporte, o que o levou a ser um dos mais respeitados fotógrafos da Agência Estado, onde fez a cobertura das copas de 1998 e 2002, quando capturou a imagem da seleção pentacampeã.

Também já fez música através da fotografia. Sua foto com pássaros pousando em fios de alta tensão formaram uma imagem que remete a uma sequência musical e o compositor Jarbas Agnelli produziu partituras musicais criando uma melodia com os pássaros vistos na fotografia de Paulo. ■



**DA IMAGEM À MÚSICA:** Inspirado numa imagem feita por Paulo Pinto, o artista Jarbas Agnelli criou essa música que a gente acabou de ouvir: Pássaros nos fios



**PAULO PINTO** é o autor da imagem que rodou o mundo na véspera da prisão do presidente Lula, em 2018, na porta do Sindicato dos Metalúrgicos



**RESGATE** - Determinada pelo presidente Lula, a “Operação Raízes do Cedro” já salvou 1.105 pessoas e 13 animais de estimação

# Governo Lula já repatriou mais de 1 mil brasileiros que estavam no Líbano

# Em meio aos ataques israelenses ao Líbano, “Operação Raízes do Cedro” completou o 5º voo de repatriação nesta segunda-feira (14/10): aeronave da FAB aterrissou em Guarulhos com 220 passageiros e 2 pets

O governo federal concluiu, na última segunda-feira (14/10), o quinto voo de repatriação de brasileiros que vivem no Líbano. O país árabe é cenário de um conflito deflagrado entre as Forças de Defesa de Israel (IDF, sigla em inglês) e o grupo armado Hezbollah. Até o momento, a “Operação Raízes do Cedro” – iniciativa do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em parceria com o Ministério da Defesa (MD) – já salvou 1.105 pessoas e 13 animais de estimação. A pedido da Presidência da República, na semana passada, o Congresso Nacional aprovou recursos extraordinários na ordem de R\$ 80 milhões para dar prosseguimento ao resgate.

A aeronave designada pela Força Aérea Brasileira (FAB) para levar a cabo a repatriação, o KC-30, aterrissou no Aeroporto Internacional de Guarulhos, às 6h desta segunda, com 220 passageiros a bordo, incluindo 10 crianças de colo, e 2 pets. O avião chegou à capital libanesa, Beirute, repleto de donativos: 1,4 mil cestas básicas e 6,9 mil caixas de medicamentos diversos arrecadados pela Associação Unidos pelo Líbano. Na chegada a São Paulo, os repatriados receberam suporte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Polícia Federal (PF) e da Receita Federal (RF).

Há sete dias, o governo do premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, ordenou que as IDF inva-

dissem o Líbano, por terra, para confrontar os xiitas do Hezbollah. Como resultado, o MRE tem recebido inúmeros pedidos de repatriação de brasileiros.

O primeiro voo da “Operação Raízes do Cedro” pousou na base aérea de Guarulhos, em São Paulo, no dia 6, com um total de 228 passageiros e três pets. O grupo foi recepcionado pelo presidente Lula e por uma equipe multidisciplinar.

## Matança

Os ataques israelenses têm se intensificado a cada dia. No domingo (13), o Ministério da Saúde libanês informou que 51 pessoas morreram e 174 ficaram feridas em bombardeios israelenses. De acordo com a agência de notícias France-Presse (AFP), mais de 1,3 mil vidas foram ceifadas desde o início da ofensiva.

Por meio da Embaixada do Brasil em Beirute, o Itamaraty mantém contato com os brasileiros e suas famílias para prestar-lhes assistência consular e verificar a necessidade de se promover novo voo de resgate, a depender das condições de segurança. Nesse sentido, o governo brasileiro reitera o alerta para que todos sigam as orientações das autoridades locais. A chancelaria recomenda ainda “para os que disponham de recursos para tal, que procurem deixar o território libanês por meios próprios”.

## Esforço pela vida

A Medida Provisória (MP) 1.264, de autoria da Presidência

da República, abre crédito extraordinário em favor do Comando da Aeronáutica, via MD, no valor de R\$ 80,4 milhões. Os recursos estão reservados ao salvamento de vidas no Oriente Médio e aguardam apenas a liberação das emendas.

A MP serve à FAB para arcar com: a logística do KC-30, nos deslocamentos dos cidadãos repatriados, incluindo peças e suprimentos de aviação; o pagamento de diárias e tarifas aeroportuárias; os custos das adidâncias e das bases aéreas no apoio a tripulações e cidadãos; e a contratação de serviços e demais atividades operacionais.

Segundo o Itamaraty, cerca de 20 mil brasileiros moram hoje no Líbano. Destes, mais de 3 mil pediram para deixar o país por conta da guerra. O governo federal já enviou 43 toneladas de donativos à região, entre cestas básicas e insumos hospitalares.

## Ação e reação

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, advertiu o governo israelense que quaisquer ataques contra as forças de paz “podem constituir um crime de guerra”. Tanques israelenses invadiram, no domingo, uma base da Força Interina da ONU no Líbano (Unifil).

Por sua vez, o Hezbollah anunciou, nesta segunda, ter atacado uma base naval na cidade portuária de Haifa, ao norte de Israel. No dia anterior, bombardeio semelhante matou quatro soldados da IDF em localidades próximas. ■

# “Netanyahu é um vitorioso da morte e um negacionista da paz”

Reação do governo do primeiro-ministro israelense ao ataque do Hamas se transformou em destruição e assassinato

Clara Ant

**C**ompletou-se na 2ª feira (7.out.2024) o aniversário de 1 ano do ataque do Hamas a civis israelenses numa área de fazendas coletivas fronteiriças à cidade palestina de Gaza. Ação brutal que teve como alvo famílias de moradores israelenses cujas relações cotidianas de vizinhança com famílias de moradores palestinos eram estreitas.

Centenas de jovens que se divertiam numa festa rave foram também vitimados. Nesse único dia, o Hamas massacrou, torturou, estuprou e queimou vivas mais de 1.000 pessoas, entre elas: crianças, mulheres e idosos. Sequestrou mais de 200! As imagens desse episódio foram registradas pelo próprio Hamas e divulgadas em todo o mundo.

De lá para cá, o governo israelense desencadeou uma ofensiva com o objetivo declarado de eliminar o Hamas. Mas o que foi anunciado como uma retaliação transformou-se em destruição de bairros inteiros e deslocamento de centenas de milhares de civis palestinos que vivem em condições precárias de moradia, sem água potável, comida, escolas e hospitais.

O assassinato de mais de 40.000 pessoas, crianças, mulheres, ido-

sos, vitimadas por um tipo de castigo coletivo, prática que fere o Direito Internacional Humanitário, supera em milhares o número de combatentes do Hamas.

Apesar dos alertas e esforços de diferentes países, isoladamente ou na ONU (Organização das Nações Unidas), como o Brasil, que tentou mais de uma vez pautar o cessar-fogo e o diálogo, o conflito se intensificou e já é tratado como potencial início de uma guerra regional frente à escalada de Israel rumo ao Líbano e a entrada do Irã, que atacou diretamente Israel e dá sustentação a grupos extremistas como o Hezbollah e os houthis.

É preciso ainda registrar a agressividade de parte dos colonos extremistas israelenses, estranhamente impunes na expansão dos assentamentos já condenados pelo Direito Internacional, aproveitando o foco em Gaza para martirizar ainda mais a vida dos palestinos na Cisjordânia. Extremistas palestinos também martirizam, matam e ferem israelenses no cotidiano, como se viu há pouco nas proximidades de Tel Aviv e de Beer Sheva, o centro mais importante do sul do país.

A questão que se coloca é se o terror e a guerra podem substituir o diálogo e a diplomacia para conduzir a região para a paz e para a convivência entre todos. Mesmo se o conflito tivesse começado recentemente, seria possível acreditar em uma solução como

a alegada por Netanyahu e possivelmente aprovada por uma parte dos israelenses, já que são eles que vivem debaixo da rota dos mísseis dos iranianos, do Hamas, do Hezbollah e dos houthis?

Antes do atentado de outubro de 2023, Netanyahu já era alvo de manifestações semanais, quando milhares de israelenses cobravam sua renúncia. Em 2024, os mesmos manifestantes, mais os familiares dos reféns e ativistas pela paz, têm como pauta o resgate dos reféns e o cessar-fogo.

Curiosamente, alguns líderes da comunidade judaica brasileira preferem ignorar a mobilização dos israelenses e dedicar seu tempo a justificar a ação nociva do primeiro-ministro, ao mesmo tempo que hostilizam o governo brasileiro e sua política externa.

O que dirão esses líderes da proposta de paz que acaba de ser divulgada por Ehud Olmert, ex-primeiro-ministro de Israel, e Nasser Al Kidwa, ex-chanceler da Autoridade Palestina? Vale recordar que nos anos 1990, Netanyahu saiu às ruas contra os acordos de paz de Oslo, ocasião em que ele pedia, sim, atenção: a morte de Rabin, o líder das negociações de paz. Netanyahu é um vitorioso da morte e um negacionista da paz.

Clara Ant, 76 anos, judia, filha de pais sobreviventes do Nazismo. Autora do livro “Quatro Décadas com Lula” (Ed. Autêntica). Assessora Especial do Presidente da República. ■





12/10/1931

## Cristo Redentor é inaugurado no Rio

O Cristo Redentor está abençoado e de braços abertos para a baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. No dia de Nossa Senhora Aparecida — consagrada em 1930 padroeira do Brasil pelo papa Pio 11 —, a colossal estátua de Cristo feita de granito e pedra-sabão, com 30 metros de altura sobre o morro do Corcovado, é inaugurada em cerimônia com a presença das mais altas autoridades do mundo político e religioso.

Após a bênção do monumento e a missa inaugural, o arcebispo de Porto Alegre, d. João Becker, falou em nome da Igreja Católica: “o povo brasileiro, para ser feliz, precisa organizar suas instituições sociais e políticas de acordo com as leis divinas”.

O monumento foi construído na França pelo artista franco-polonês Paul Landowsky, baseado em projeto de 1923 do engenheiro brasileiro Heitor da Silva Costa. Veio ao Brasil de navio, em pedaços separados, e montado sobre o morro do Corcovado.



13/10/1966

## Ditadura fecha o Congresso e censura a imprensa

A cassação de seis deputados federais em 13 de outubro provoca a mais grave crise política do governo Castelo Branco. A decisão do presidente da Câmara, Adauto Lúcio Cardoso, de que as cassações deveriam ser submetidas ao plenário em votação secreta, como determinava a Constituição de 1946, e a prisão do deputado Doutel de Andrade, um dos cassados, aumentaram ainda mais a tensão. Parlamentares do MDB iniciaram vigília nas dependências da Casa e chegaram informações de que haveria corte de água, luz e telefone.

Na madrugada do dia 20, Castelo baixou o Ato Complementar nº 23, decretando o recesso do

Congresso. Foi também imposta censura à imprensa. Policiais do Exército e da Aeronáutica e fuzileiros navais deslocaram-se em direção à sede do Poder Legislativo, que foi invadida às 5h da manhã. No edifício encontravam-se cerca de 60 deputados e o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade -- o mesmo que em abril de 1964 havia declarado vaga a Presidência da República, abrindo caminho para a deposição de João Goulart.

Radicalizada, a ditadura passava a enfrentar resistência até mesmo de alguns artífices políticos do golpe de 1964. As Forças Armadas ocuparam o Congresso por 32 dias.



15/10/1957

## Greve geral paralisa estado de São Paulo

Trabalhadores do estado de São Paulo decretam greve geral. O movimento reivindica 45% de reajuste salarial e políticas contra aumento de preços de produtos de consumo popular.

Era o ápice de um período de ebulição sindical iniciado pela articulação de várias categorias em torno da Aliança Intersindical por Aumento de Salário e contra a Carestia.

A decretação da greve fora precedida por uma intensa mobilização de tecelões, gráficos, vidraceiros, trabalhadores de curtime e das indústrias de papel, favorecida pelo compromisso do governador Jânio Quadros — que se declarou “amigo das greves” — de não reprimir os manifestantes.

Em poucos dias aderiram ao

movimento novos contingentes de trabalhadores, vindos da indústrias químicas, alimentícias e de borracha. Quando a mobilização já se alastrara para todo o estado, a greve geral foi decretada.

Um dia após a decretação da Greve dos 400 mil — como ficaria conhecida —, operários entrariam em confronto com a segurança privada da Ford e da Vemag. Jânio, então, voltaria atrás e poria nas ruas 10 mil soldados da Força Pública.

O retorno da repressão policial, no entanto, não funcionou como queriam os empresários, a UDN e a grande imprensa. Os trabalhadores, dentro e fora do ambiente dos sindicatos, demonstravam cada vez mais força.

Os confrontos, o apoio dos es-

tudantes e de partidos políticos — além de uma relativa neutralidade do Exército, que reprimiria apenas o piquete de Osasco, próximo de uma unidade militar — influenciariam o comportamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT): dez dias depois da decretação da greve geral, ele concederia reajuste salarial de 25% aos trabalhadores — índice que se reduziria a 18% depois que os empresários apelassem da decisão, mas os grevistas já teriam acatado a decisão judicial e suspenso o movimento.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br)

[memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)



## EDIÇÃO ESPECIAL

### 60 ANOS DO GOLPE

Informações e relatos sobre um período do Brasil que não foi superado e que, por isso, lutamos para que nunca volte a acontecer.

disponível para  
**DOWNLOAD!**



visite [teoriaedebate.org.br](http://teoriaedebate.org.br)



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores